

Costumes estudantis de Coimbra no século XIX: tradição e conservação institucional

Fazendo parte de um estudo mais vasto sobre as condições histórico-culturais de existência da Universidade de Coimbra nos finais do século XIX e sobre as suas funções sociais no que respeita à formação das classes dirigentes nessa época, o texto que se segue constitui uma forma de introdução, entre outras possíveis, à análise — que posteriormente virá a ser apresentada — de certos costumes existentes, até há alguns anos, entre os estudantes de Coimbra, costumes cuja designação global, corrente e inquestionada é a de *praxe académica coimbrã*.

Não é propriamente uma introdução teórica, na medida em que nela não se faz a apresentação do modelo que estabeleceria de forma sistemática as articulações significativas entre os elementos relevantes das práticas a analisar e o conjunto das suas condições sociais de produção. Ela não é, assim, uma justificação do interesse que de tais práticas se pode retirar para a análise sociológica.

Isto não significa, no entanto, que dela estejam ausentes preocupações desta natureza, dado que, justamente, o que aqui se tenta é um primeiro passo no sentido da clarificação do objecto a analisar.

Partindo do princípio sociológico de que os costumes estudantis que constituem a matéria-prima da análise são práticas sociais, institucionais (relevando de um conceito amplo de instituição), tratou-se de fazer uma aproximação à definição das suas formas e funções específicas.

Numa abordagem que é necessariamente preliminar, o modo do proceder a essa clarificação consistiu, na parte I, em estabelecer as significações comuns atribuíveis às práticas que, quer na linguagem corrente, quer na linguagem académica, são designadas pelo termo *praxe*. Por outras palavras, através de uma análise semântica, em que, de resto, não se saiu das noções de senso comum, foram estabelecidas algumas características que permitiram especificar as *formas* que tais práticas sociais podem assumir. Deste modo foi possível avançar uma primeira fórmula que as define como *práticas sociais recorrentes, fortemente codificadas, quase rituais*.

Indo um pouco mais longe, mas permanecendo fundamentalmente no domínio da análise elementar dos discursos, em convergência com o primeiro nível, o do estabelecimento das *características formais* dessas práticas, abordou-se um outro conjunto de elementos significativos, o qual remete para algumas das suas possíveis *dimensões funcionais*. Aqui, em

conexão com conotações básicas bem claras, referentes às noções de *tradição*, *originalidade institucional distintiva*, avançou-se com suficiente razoabilidade no sentido de apontar às *praxes* como algumas das suas funções específicas as de *integração e conservação* institucional.

A parte I termina enunciando o problema que, na parte II, num percurso longo, se procura abordar: o da emergência histórica (no caso particular de que se trata, o da vida estudantil coimbrã) de práticas — a *praxe* — com as características que a definição construída, e que se considera provisória, articula.

A parte II não é, como algumas das suas passagens poderiam fazer crer, uma análise histórica em forma. A utilização de informação histórica que nela se faz está subordinada ao objectivo que é o da avaliação preliminar da aceitabilidade da hipótese segundo a qual a *praxe*, tal como no texto se define, e não como correntemente é considerada ao nível «exterior» dos costumes estudantis em que se concretiza, só em determinada fase da história da sociedade portuguesa e da Universidade de Coimbra pôde encontrar as condições de possibilidade da sua emergência (I).

É nesse sentido que se esboça a comparação entre dois momentos históricos (II, 2, 3), construindo, a traço grosso, dois quadros da vida estudantil que, por sobre as suas semelhanças, se diferenciam o suficiente para tornar admissível a ideia de que, num e noutro, as mesmas práticas, idênticas na sua aparência, sugerindo uma existência sem descontinuidades, possam efectivamente constituir factos sociais diferentes pelos seus significados e funções objectivas.

Desenvolve-se esta ideia (II, 4), tentando mostrar mais concretamente que é num contexto em que inegáveis transformações na sociedade e na instituição universitária se vão impondo (*grosso modo* a partir dos inícios da 2.^a metade do século XIX), trazendo consigo a ameaça da dissolução das condições que permitiam a reprodução da instituição nas suas bases tradicionais, que se forma no seu interior, quer ao nível do corpo docente, quer ao do corpo estudantil, uma posição ideológica prática de defesa intransigente dos valores, costumes, usos mais antigos e considerados originais, no duplo sentido da palavra.

Seria assim que práticas aparentemente imutáveis nas suas formas externas se reproduziriam como representação, constituindo-se com uma significação social transformada. Nesta perspectiva, *praxes* seriam (em grande parte, se bem que não exclusivamente) práticas que, tendo sido necessárias (no sentido de uma necessidade objectiva) pelas suas funções técnico-materiais ou simbólicas em relação ao todo institucional num estado histórico determinado, que, portanto, teriam constituído uma forma de produção da própria instituição, noutro momento histórico se tornariam sobretudo emblemáticas e evocadoras, manifestando menos a coesão interna da instituição do que o esforço (por vezes desesperado...) de a conservar, práticas que, no seu último alento, quando já em vésperas de entrar no museu (como a muito do material folclórico sucede), tenderiam a reduzir-se ao puro consumo turístico.

A terminar, julga-se necessário fazer duas breves observações de carácter formal.

Uma diz respeito ao recurso que se faz, por mais de uma vez, à análise da matéria linguística propriamente dita, bem como ao uso — que a alguns

poderá parecer abuso — bastante intenso de citações, por vezes longas. A sua justificação reside fundamentalmente na própria forma de abordagem a que se procedeu, a qual se centra aqui sobretudo na análise dos discursos sobre as práticas que se pretende vir a analisar.

A outra refere-se a uma possível superfluidade das informações históricas fornecidas sobre a vida estudantil, quando referenciadas ao objectivo, relativamente restrito, desta introdução. A sua razão de ser assenta, em grande parte, na intenção, que não se julgou inoportuna, de proporcionar, desde já, um antegosto, que se pretende o mais saboroso possível, de alguns aspectos concretos da realidade cuja análise se virá a apresentar posteriormente.

I

À PROCURA DE UM CONCEITO

Em que consiste aquilo a que comumente se chama a *praxe* estudantil coimbrã?

Ao querer dizer em que ela consiste, bem se pode utilizar a fórmula de um dos intervenientes na que terá sido provavelmente a última polémica pública sobre o assunto: «A *praxe* é um conjunto de costumes praticados entre os estudantes de Coimbra que se relacionam não só com os 'caloiros', mas com tudo o que, de perto ou de longe, se refere à vida escolar [...]»¹

Ainda que não brilhe pela riqueza, a definição tem, pelo menos, a virtude de referir o que, relativamente à *praxe*, parece, à primeira vista, constituir o seu núcleo — a relação com os *caloiros* — e o seu âmbito — toda a vida académica coimbrã.

Das crónicas e memórias que a descrevem, descrevendo a vida académica, e das ocasionais tentativas de codificação conhecidas² se retira

¹ *Diário de Lisboa* de 11 de Dezembro de 1957, p. 15. A polémica durou mais ou menos de fins de Novembro de 1957 a fins de Janeiro de 1958. A maior parte das intervenções vieram publicadas no *Diário de Lisboa*.

² Três «códigos» foram publicados no século xx. O primeiro é de 1916. O título e, sobretudo, as «qualificações académicas» do autor são, só por si, um emblema de um certo modelo de vida estudantil: *Leis Extravagantes da Academia de Coimbra ou Código das Muitas Partidas*, por Barbosa de Carvalho, bacharelando em Direito, sócio efectivo da Sociedade Internacional da *Cábula*, agraciado com o grau da *Chinfrineira*, com a Ordem dos *Prestamistas* e sócio correspondente da *Vinícola* do Alto Douro e mais sociedades espirituosas. Coimbra, Livraria Cunha Editora, 1916. Como *ex libris* tem na capa a triologia simbólica da perseguição aos *caloiros* — moca, colher e tesoura — e ainda uma figura de *veterano* aplicando com uma colher a *sanção de unhas* a um *caloiro*. Em tom de paródia, os seus artigos referem-se à qualidade de animal tutelado do *caloiro* e aos direitos de exploração (*lato sensu*) que o *veterano* detém sobre ele.

O segundo é de Dinis de Carvalho, Pereira da Mota e Sousa Ribeiro: *As Praxes Académicas de Coimbra*, Coimbra, s. e., 1925. Não é exactamente um código, ainda que parte do livro se apresente sob a forma de parágrafos numerados e alíneas. A maior parte dos pontos focados dizem respeito à relação com os *caloiros*. Nele se estabelece entre os estudantes uma hierarquia com respectivos direitos e obrigações. Para os *caloiros* tudo são obrigações.

O último é de Mário S. de Andrade e Vitor D. Barros: *Código da Praxe Académica de Coimbra*, Coimbra, Coimbra Editora, 1957. É uma extensa regulamentação

a impressão de que a *praxe*, ainda que de facto envolvendo a totalidade da vida académica, se organiza em torno de uma relação fundamental, a do *caloiro-doutor*.

Se como *praxe*, em sentido genérico, se pode entender tudo o que caracteriza a vida, isto é, as ocupações, os modos (de estar e ser), as atitudes, dos estudantes de Coimbra, ou, melhor, como diriam os «textos sagrados», o estudante de Coimbra, pode dizer-se, no entanto, que as acções mais visíveis da *praxe* se relacionam com os *caloiros*.

Desde os textos da famosa miscelânea *Macarrónea Latino-Portuguesa*, de 1765, conhecida pelo título da primeira composição, publicada em 1746 — *Palito Métrico* —, e suas sucessivas edições e considerada a bíblia dos académicos de Coimbra³ até à pateticamente drástica tentativa de codificação de 1957, já em tempos de franca agonia da *praxe* coimbrã, o fulcro das acções descritas e prescritas é a relação com os *caloiros* ... ou *novatos*, numa terminologia de sabor mais arcaico⁴.

Das dezasseis composições dedicadas à vida académica publicadas na edição de 1942 (contendo exclusivamente textos do século XVIII), são dez as que no próprio título se referem a *caloiros* ou *novatos*. Sem dúvida, referem-se elas também a outros aspectos, como sejam as condições materiais da vida estudantil: a habitação, a alimentação, os serviços domésticos prestados pelas *amas* e *serventes*; as distrações então em moda entre os estudantes: *poesia*, *música*, *jogo*, etc.; os «lugares selectos» de encontro, como a *Ponte* ou o *Eco*; os referentes ao quadro pedagógico e cultural vigente, etc. Predomina, no entanto, a observação dos costumes que se prendem com a relação dos *veteranos* com os *caloiros*, se bem que nem sempre de forma directa.

Do mesmo modo, as «codificações» referidas de 1916 e 1925, totalmente a primeira, em menor grau a segunda, fazem da *praxe* a norma de actuação que deve ser observada pelos *veteranos* no seu trato com os *caloiros*.

fixando mil e um pormenores das relações entre os estudantes, estabelecendo uma hierarquia entre eles, mas vincando a mesma assimetria básica entre os *caloiros* e o resto, isto é, os *doutores*. Neste *Código* tudo é encarado tão gravemente como em quaisquer estatutos da mais oficial das instituições.

³ Descrições dos costumes estudantis da época, os textos da *Macarrónea* foram encarados por muitas gerações posteriores de estudantes como a norma orientadora do comportamento *sui generis* do estudante de Coimbra. Implicitamente, isto era considerá-los como formas apologéticas desse mesmo comportamento. Pelo contrário, parece-me bastante claro que, em grande parte deles, mais declarada ou menos declaradamente, subjaz ao tom bem humorado ou irónico uma decidida intenção crítica. Não me parece de todo disparatado fazer a aproximação entre estes textos e os de literatura pícara, cuja finalidade morigeradora é bem conhecida. Por outro lado, parece-me significativo, exigindo assim explicação, este curioso equívoco, reproduzido de geração em geração estudantil, sobre o significado mais profundo dos textos.

A edição consultada foi a seguinte: *Palito Métrico e Correlativa Macarrónea Latino Portuguesa*, nova edição, de harmonia com a 4.^a, de 1792. Organizada por A. G. da Rocha Madahil, Coimbra, Coimbra Editora, 1942.

⁴ Não irei entrar em conta com o uso distintivo, em certas épocas, dos dois termos. *Caloiro* era o aluno de preparatórios. *Novato* era o aluno do 1.^o ano das Faculdades.

Diferente é o caso do *Código* de 1957, que logo no artigo 1.º dá à *praxe* um âmbito muito mais vasto, abrindo-lhe inclusivamente um campo de actualização dependente das decisões do Conselho de Veteranos:

«Artigo 1.º Constitui PRAXE ACADÉMICA o conjunto de usos e costumes tradicionalmente existentes entre os estudantes de Coimbra e os que forem decretados pelo Conselho de Veteranos.»⁵

Apesar disto, dos seus 279 artigos, a grande maioria relaciona-se directa ou indirectamente com os *caloiros*.

De resto, é manifesta a tendência para atribuir ao termo *praxe* esta mais restrita significação. É esse o caso na polémica ocorrida em finais de 1957; é esse o caso de um livro da mesma altura, cujo autor se define como antipraxista, mas defensor de algumas tradições⁶. É esse ainda o caso do erudito conhecedor das tradições académicas, organizador da edição de 1942 do *Palito Métrico* — Dr. A. G. da Rocha Madail —, quando, na «Introdução», ao refutar o carácter de *código* da *Macarrónea*, diz:

«*Código da praxe académica* se considera usualmente o *Palito Métrico*. Não é. A praxe académica nunca foi codificada; as relações do Novato com o Veterano pautaram-se sempre por aquele famoso '*tacitus consensus populi longa consuetudine inveteratus*' [...]»⁷

Não é indiferente para a análise que se tome como ponto de partida uma ou outra noção de *praxe*.

Tomada na sua acepção mais larga, *praxe* é sinónimo de vida académica, como já se viu. Analisar nestes termos a *praxe* seria analisar praticamente todos os costumes existentes, a cada momento, entre os estudantes.

Uma revisão ordenada dos seus usos no vocabulário comum poderá ajudar na busca de uma definição mais precisa.

É verdade que a aplicação do termo *praxe* para designar apenas um uso recorrente, um costume com carácter normativo mais ou menos acentuado, sem que, à primeira vista, outra consideração se imponha, é corrente. É assim que se pode dizer que «F... chegou a casa cansado e, antes de jantar, tomou o aperitivo *da praxe*»; que «F..., porta-voz do partido, no final de importante reunião do secretariado, prestou aos jornalistas as declarações *da praxe*»; que «o jovem estreante lá ficou nos bastidores rodeado dos seus amigos e literalmente esmagado pelos abraços *da praxe*»; que «o artigo de F... não podia ser aceite por não respeitar as 40 páginas *da praxe*». Exemplos semelhantes poderiam ser multiplicados *ad infinitum*.

Aplicações equivalentes na linguagem académica são os casos em que se diz que «F... lá foi para casa jantar o bife e os ovos estrelados *da praxe*»; que «um grupo de estudantes estava entretido na batotinha *da praxe*»; que «os dois amigos lá foram a caminho do Penedo da Saudade, no passeio *da praxe*, ao cair da tarde».

Este uso relativamente laxista tem a sua razão de ser na própria história da palavra.

⁵ *Op. cit.*, p. 1.

⁶ Flávio Vara, *O Espantalho da «Praxe Coimbra»*, Lisboa, s. e., 1958.

⁷ *Op. cit.*, p. XLVIII.

Praxe, em sentido etimológico, é apenas designativo de *prática*, *execução* de uma *acção*, sem que nenhuma outra significação secundária se lhe associe. Termo que se difundiu no português principalmente por via do vocabulário jurídico, para designar as práticas do processo organizadas segundo uma regulamentação determinada, desde logo ao seu sentido primário se veio juntar uma conotação adicional que sublinha o aspecto *normativo* de tais práticas. Então já não é apenas expressão do modo *como se procede*, mas sim do modo *como se deve proceder*.

Até aqui, as significações apontadas e os exemplos dados sustentariam aparentemente a legitimidade de fixação de um conceito amplo, porém com a desvantagem de ele ser o equivalente de um conceito genérico de prática institucional, sem outra determinação.

Se, em termos gerais, *praxe* é de facto *prática*, *prática regulada*, se ela é *o como é* e mais o *como deve ser*, a sua característica específica reside noutros aspectos.

Um deles parece-me decorrer de uma particular acentuação do carácter normativo que certas práticas, ditas *praxes*, apresentam. Com muita frequência, o termo designa uma prática especialmente regulada (sob forma escrita ou não), aproximando-se o seu significado do de *etiqueta*, *protocolo*, *pragmática*. Tal é o caso quando se fala, nomeadamente, a propósito de touradas, das «cortesias da *praxe*»; das reverências feitas pelos estudantes, à porta da sala de aula, ao professor como de «os cumprimentos da *praxe*». Tal é o caso também quando ao conjunto de práticas semelhantes, assim mais estritamente codificadas, se chama, por exemplo, as «*praxes* mundanas», as «*praxes* da corte», as «*praxes* da Igreja». Trata-se de práticas que, ainda que com margens de variação, dos códigos de civilidade ao direito canónico, se encontram sujeitas a um grau apreciável de *formalização*.

São, por outro lado, casos como os dois últimos indicados — as «*praxes* da corte», as «*praxes* da Igreja» — que nos remetem para uma nova dimensão significativa específica. Enquanto práticas colectivas, fixadas em formas mais ou menos estereotipadas, as *praxes* realizam-se, se não necessariamente, pelo menos com uma certa frequência, nas condições de um *cerimonial* ou mesmo nas de um *cerimonial* particular que é um *ritual*.

Deixando de lado o aprofundamento da questão relativa aos conteúdos possíveis do termo *ritual*, retenhamos apenas o que do seu significado na linguagem corrente se pode retirar como sendo o de uma acção (colectiva, social, no caso que nos interessa) ou encadeamento de acções, de efeitos fundamentalmente simbólicos (por oposição a acções cujos efeitos sejam meramente técnico-materiais), cuja forma obedece a uma regulamentação estrita, propiciadora dos automatismos gestuais, economizadores de esforço de acção e de pensamento.

Poder-se-á aqui arriscar uma definição provisória de *praxe*, já suficientemente especificada, em relação à noção geral de que se partiu. Assim, dir-se-á que *praxes* são *práticas sociais recorrentes, sujeitas a um grau apreciável de codificação que com muito frequência as aproxima de práticas rituais*.

No que se refere aos costumes académicos, cabe nesta definição a maior parte das práticas relativas aos caloiros e pouco mais, incluindo-se neste «pouco mais» certos costumes sazonais de celebração de etapas no percurso escolar (fim de ano, fim de curso), como são as *latadas* e as

queimas de fitas dos séculos XIX e XX, costumes que podem ser considerados como autênticos ritos de passagem.

Especificadas até aqui as *praxes* no que se refere às suas formas, não é ainda a este nível que reside o essencial da sua determinação.

Quando se diz que qualquer coisa *é praxe, é da praxe*, se se designa, de facto, uma prática, um uso, um costume, na expressão está simultaneamente implicada uma determinada forma de considerar essa prática, uso ou costume.

Não se trata apenas de verificar um uso habitual ou recorrente; não se trata, sequer, apenas de afirmar o seu carácter mais ou menos imperativo ou de indicar o carácter mais ou menos cristalizado das suas formas. Trata-se, sim, de afirmar o carácter original, *sui generis*, desse uso em relação à situação, grupo social ou instituição a que se refere.

Praxes serão, pois, as práticas consideradas capazes de caracterizar distintivamente uma instituição relativamente às suas congéneres. No dizer de um comentador apaixonado da *praxe* académica, ela é justificada porque «é necessário que a Escola de Coimbra não se confunda e sobretudo não se misture»⁸.

Um outro aspecto importante para a determinação do conceito que se tem vindo a esboçar está estreitamente implicado com a função genérica que se acaba de referir. A originalidade da instituição que a *praxe* exprime e deve preservar reside fundamentalmente na *tradição*. Nesta perspectiva, as *praxes* são *o que* e *o como deve ser*, de acordo com *o como sempre foi*. Através delas, o passado da instituição é transformado na sua natureza. Se toda a prática institucional opera, em princípio, essa transmutação do histórico (isto é, do contingente) em natural, a *praxe* será a prática especializada nessa operação. Isto é, aquilo que foi característico de uma dada fase histórica de uma instituição (grupo social, etc.) é, através de uma operação simbólica, transformado na sua «essência» definidora.

Praxes são, assim, práticas sociais consideradas a expressão privilegiada de uma tradição, destinadas especialmente a manter essa tradição. Deste modo, é-lhes inerente uma função de *conservação* institucional. Poder-se-á ser mais claro que este defensor da *praxe* ao dizer, numa excelente síntese, que «sem *praxe* morrerá a *tradição*» e que «sem *tradição* morrerá a *Universidade*?»⁹

É claro que as *praxes* são, no fundo, como quaisquer outras práticas institucionais, produto de uma estrutura de relações e, como tal, princípio de reprodução dessa estrutura. Acontece que nelas, nuns casos mais, noutros menos, se encontra hipertrofiado o carácter normativo, bem como as suas formas apresentam um forte grau de cristalização, uma vez que, em razão da sua tradicionalidade, elas são como que formas presentes de estruturas passadas. Elas são o que resta, *por deliberação*, de um estado passado que se quer constituir em eternidade, isto é, em natureza.

Chegados a este ponto, creio que é possível avançar com um conceito suficientemente determinado de *praxe*, que, ainda que mantendo-se provisório, permite já um delineamento mais preciso do objecto de análise. Articulando as duas vias pelas quais se foi progredindo — a da caracteri-

⁸ Carminé Nobre, *Coimbra de Capa e Batina*, Coimbra, Atlântida, 1937, 1945, 2 vols., II, p. 74.

⁹ *Diário de Lisboa* de 12 de Dezembro de 1957.

zação das formas e a da especificação das funções —, poder-se-á dizer que *praxes* são *práticas institucionais especiais, cujas funções básicas de conservação de uma originalidade fundada na tradição tendem, no desenrolar da sua história, a cristalizá-las em formas quase rituais*.

A parte final do enunciado levanta uma questão que até aqui não foi tratada. Ela remete, em última análise, para o campo da aplicação histórica do conceito, que se prende obviamente à própria história da vida académica.

Equivale a questão a perguntarmo-nos, uma vez que afinal a *praxe* não engloba, segundo a definição construída, todos os costumes estudantis, em que condições se dá a alteração de estatuto de práticas institucionais, digamos, «normais», para simplificar, em *praxes* e o inerente processo de selecção de alguns deles para a função de afirmação da originalidade distintiva da instituição (fundada na tradição), ao ponto de serem explicitamente considerados como elementos insubstituíveis para a sua conservação. Por outras palavras: será que se pode dizer que a *praxe* sempre existiu ou será ela, antes, um produto de condições históricas particulares da instituição académica? Porquê a concentração das *praxes* fundamentalmente sobre as práticas relativas aos caloiros?

É ao que se tentará responder na parte seguinte.

II

1. UM NOVO PONTO DE PARTIDA

Tendo escolhido a *praxe estudantill* como subtema de um trabalho mais vasto sobre a vida académica e as funções sociais da Universidade em finais do século XIX, a necessidade de clarificar liminarmente o objecto de estudo impôs uma recolha de informação que provocou um considerável alargamento das balizas temporais estabelecidas de início para o estudo global.

Para quem se proponha abordar este assunto, há desde logo uma consulta obrigatória, a do célebre e já atrás citado *Palito Métrico*. Contendo na sua edição mais cuidada e mais recente exclusivamente textos do século XVIII, veio esta época a constituir o marco principal mais recuado, o que aliás acabou por ter consequências de uma certa importância. Para a frente, o limite deslocou-se também francamente para meados do nosso século, com a utilização de fontes significativas, como são os textos do *Código da Praxe*, de 1957, e da polémica da mesma altura que acima referi.

A massa de informação assim recolhida e por outros meios complementada permitiu cobrir, ainda que de forma desigual, quer quanto à natureza das fontes, quer quanto ao apertado da rede, um vasto período de mais de duzentos anos. Sobretudo ela permitiu, se bem que, na actual fase de trabalho, ainda em termos muito elementares e em traços muito largos, detectar conjunturas diversas da vida académica, cuja análise, mesmo superficial, veio a influir na tentativa de fixação do conceito de *praxe*.

Dispondo de um material documental qualificado, isto é, de um material que, segundo uma certa cultura (em sentido antropológico) estudantil,

constitui a sua legítima tradição — os textos do *Palito Métrico* —, foi com base nele, acrescentado por informações de outras fontes, que se delineou um primeiro enquadramento correspondendo, *grosso modo*, ao século XVIII, relativamente ao qual, a seguir, se estabeleceu um rápido confronto com a situação na segunda metade do século XIX, por aí se localizar o objecto de trabalho.

Sem querer e sem poder, por razões óbvias, antecipar à apresentação dos quadros históricos as considerações que eles proporcionam, há, contudo, que dar algumas indicações prévias.

Em primeiro lugar, é preciso chamar a atenção para o facto de o conceito provisório de *praxe* acima proposto se ajustar particularmente bem às práticas que aparecem contempladas pela regulamentação fixada no *Código de Praxe Académica*, de 1957.

Na verdade, e como é compreensível, foi a partir da actual noção vulgar e da configuração da *praxe* nesse texto (e noutros próximos no tempo) e nessa fase da vida académica, já marcada por prenúncios da sua próxima extinção, que foi sendo esboçada a via para a clarificação do conceito.

Nesta situação levantou-se o problema do âmbito historicamente definido de aplicabilidade do conceito, trazendo a questão de saber quando é que os costumes que aí eram identificáveis com a *praxe* — as práticas relativas aos caloiros, principalmente, e ainda as queimas de fitas — e eventualmente outros se tinham constituído como *praxe*.

Isto é, apresentando-se a *praxe* como uma espécie de lei privativa da comunidade estudantil, regulando estritamente certas práticas especiais, especiais não só pela anciania, mas também pela forma quase ritual, pelo modo como eram consideradas, pela função que, explícita ou implicitamente, lhes era atribuída, tratava-se de, regressivamente, tentar seguir-lhes o rasto e esboçar-lhes, para momentos diferentes, o enquadramento constituído pelo conjunto dos costumes estudantis, de forma a avaliar possíveis variações no significado social dessas práticas.

Em segundo lugar, a verificação accidental de um facto linguístico, apesar de lateral, veio reforçar o desenvolvimento desta perspectiva preliminar da análise.

Foi o caso de, a dada altura, ter dado conta, pela análise dos textos consultados, de que o próprio termo *praxe* só na segunda metade do século XIX tinha começado a ser aplicado aos costumes académicos¹⁰.

Como seu equivalente, em sentido largo, usa-se nos textos do *PM*, os mais antigos consultados¹¹, *feição*, *boa feição* para designar os modos

vendedeiras, amas, serventes, lavadeiras, enfim todos aqueles «que só com os estu-

¹⁰ As considerações que se seguem excedem, em parte, as necessidades de informação da questão linguística levantada. A verdade é que se aproveitou a oportunidade de referência a termos próprios da linguagem académica, tais como *investida*, *caçada* e *troça*, para proporcionar um antegosto de tais costumes que serão mais tarde o suporte principal das *praxes*.

¹¹ Textos muito mais antigos se referem à vida dos escolares, desde a fundação da Universidade medieval. É de assinalar uma composição em verso, transcrita por H. Raposo em *Coimbra Doutora*, Coimbra, França Amado, 1910, pp. 137-162, referente à ida do Batalhão Académico ao Alentejo, em Novembro de 1645, integrando-se nas campanhas da Restauração. É atribuída a Simão Torresão Coelho, prolífico poeta seiscentista hoje pouco conhecido. Nesta composição de carácter satírico se reproduzem as lamentações pela partida dos estudantes proferidas por

e os hábitos então vigentes, expressão à qual está associada mais de perto uma conotação de *moda* do que de *tradição*, ao contrário exactamente do que sucede com o termo *praxe*:

«*Ultimamente* [...] vieram uns lisboetas [...] e introduziram por *feição* meter à bulha os Gerais, não cuidarem de postilas, comer muito doce [...]»

E mais adiante, repetindo de forma mais expressiva:

Quem quiser *hoje* campar
Em Coimbra e *feição* ter
Com os pés há-de saber
Qual cavalo coices dar.
Não há-de nunca estudar;
Ir aos Gerais, isso não;
Saiba dar ópio ao vilão;
Deitar pulhas ao Arrieiro,
Comer doce ao Conserveiro,
E terá *boa feição* ¹².

Quer no século XVIII, quer posteriormente, têm curso como equivalentes de *praxe* em sentido genérico os termos *uso*, *costume*, *lei* ¹³.

dantes ganhos tinham», esboçando um quadro muito semelhante aos que as composições do PM contêm. Também aí se referem costumes dos estudantes, como o da *pateada* nas aulas, o de fazer *paredes* (greve às aulas), o de *estar na Ponte* nas horas de ócio:

[...]
os estudantes quem os fez soldados?
[...]
que têm as *pateadas*
com cargas cerradas?
Que fará cada um quando se veja
onde o dia de guarda o pior seja
se para fazer paredes afamados
a reformar a ponte são levados:
Muitas vezes *paredes* fabricaram,
porém *jamaís em pontes trabalharam*.
(Op. cit., p. 148)

Mais adiante encontra-se o que julgo a mais antiga referência ao *canelão* (acção de *praxe* sobre os caloiros):

[...]
e as balas das clavinas refreadas
Do Porto canelões eram julgadas.
(Op. cit., p. 155)

No verso «Do Porto canelões eram julgadas», *do Porto* é manifestamente erro do copista do próprio manuscrito, que consultei, por *da Porta*, isto é, *Porta Férrea*, porta de entrada da Universidade, lugar em que esse acto da *praxe* se desenrolava.

¹² *Palito Métrico*, cit. pp. 166-167. É de notar, de passagem, a falsa indicação quanto à modernidade dos «coices», isto é, do *canelão*, que, tal como se viu pelas indicações da nota anterior, já era usado, pelo menos, na primeira metade do século XVII.

¹³ Num texto editado em 1840 (Guilherme Centazzi, *O Estudante de Coimbra ou Relâmpago de História Portuguesa desde 1825 até 1838*, Lisboa, Typ. de António José da Rocha, 1840) é usado o termo *estilo*:

«[...] e paguei segundo o *estilo* a minha patente, que consistiu em lauto jantar dado na estalagem do Paço do Conde a seis estudantes que se fartaram de óptimos petiscos à minha custa.» (P. 34.)

Verifica-se, por outro lado, que os costumes relativos aos caloiros, que vêm a constituir, como vimos, o conteúdo quase exclusivo do termo *praxe* em sentido restrito, são designados por termos próprios.

Assim, *investidas* (a novatos) é o termo usado, pelo menos, desde inícios do século XVIII, quer em documentos oficiais, quer em escritos literários.

No texto da sentença de condenação de um estudante, chefe de um bando célebre pelo exagero das suas violências — o Rancho da Carqueja¹⁴ —, é citada uma *investida*: «Mostra-se outrossim que, entrando em casa de uns novatos cinco homens, quatro mascarados, era o quinto o réu sem máscara, e buscando positivamente a um novato [...], o mandaram despir nu, e lhe deram muitos açoites com umas disciplinas, de que correra sangue, e muita palmatoada, e lhe cortaram o cabelo rente pelo casco; [...]»¹⁵

Uma provisão régia de D. João V, de 7 de Janeiro de 1727, usa mesmo a palavra, uma vez que tem por objecto as *investidas* e a sua proibição, com as respectivas sanções para os transgressores. Temos, no entanto, a prova da ineficácia desta ordem na continuidade do costume, embora sob formas menos violentas, testemunhando ao longo dos quase dois séculos e meio que se lhe seguiram¹⁶.

Ribeiro Sanches também a usa ao criticar os costumes então vigentes entre os estudantes de Coimbra¹⁷. E, como é compreensível, nas composições do *PM* o termo é frequente.

Que a sua extensão é ampla, englobando diversos actos de perseguição, atormentação ou sujeição dos *caloiros* pelos *veteranos*, quase todos cono-

¹⁴ Ver António Francisco Barata, *O Rancho da Carqueja*, s. l., s. e. e s. d.; Joaquim Martins de Carvalho, *Apontamentos para a História Contemporânea*, Coimbra, 1868. Este rancho é igualmente referido num texto da *Macarrónea*, p. 166. Ribeiro Sanches, nos seus «Apontamentos para fundarse hua Universidade Real [...]», que se seguem à exposição sobre o *Método para Aprender a Estudar a Medicina*. Por ordem da Universidade, 1959, também o menciona:

«[...] quem se lembra ainda das atrozes *investidas*, dos bárbaros excessos que cometeu o *Rancho da Carqueja* nos anos de 1719 e 1720 [...]» (P. 114.)

¹⁵ Citado por T. Braga, *História da Universidade de Coimbra nas Suas Relações com a Instrução Pública Portuguesa*. Por ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1892-1902, 4 vols., vol. III, p. 162.

¹⁶ O texto do documento está totalmente transcrito por T. Braga, in *op. cit.*, vol. III, pp. 167-168.

¹⁷ Diz R. Sanches no *Método para Aprender a Estudar a Medicina*:

«Não havia defesa daquelas bárbaras e indecentes *investidas*, feitas com violência e desacatos, armados os agressores como para assaltar um castelo: e destes excessos resultaram mortes, incêndios e sacrilégios [...]» (P. 148.)

Já antes Verney se mostrara indignado com tais práticas, preconizando severíssimos castigos:

«Seria bom que nessa sua Universidade se desse um rigoroso castigo, ainda de morte, aos que injustamente *acometem os novatos* e fazem insolências. A brandura com que se tem procedido neste particular talvez foi causa do que depois se fez e ainda se faz.» (*Verdadeiro Método de Estudar*, 1742, 2 vols., vol. I, p. 220. Citado por T. Braga, *op. cit.*, vol. III, p. 192, nota 2.)

tados com a violência física, mas não só¹⁸, mostram-no estas passagens de um dos textos do *PM*:

Depois que desta sorte o tem logrado¹⁹,
Lhe começa a dispor *uma investida*,
Em que seja o Novato maltratado,
Como nunca se viu em sua vida:
Para isto convoca disfarçado
A turba dos Mangantes escolhida,
Que chegando-se a unir, de qualquer modo
É capaz de mangar no mundo todo.

[...]

Logo que a turba dos grandes mangadores,
Que se pôde ajuntar, concorre armada
A casa do novato, nas melhores
invenções de mangar industriada,
O novato se torna de mil cores,
E vendo a casa toda rodeada
Da horrível multidão, tem por desdouro,
Em tão grande função servir de touro.

[...]

Tal sucede ao novato, que indeciso
Deixando-se ficar no chão prostrado,
Observa a seu pesar o grande riso,
Com que o seu toureador é festejado:
Assim que se levanta, de improviso
De um rústico beirão se vê montado,
Que a repetidos golpes de um chicote,
Por toda a sala o faz andar de trote.

Um lhe chama asneirão à boca cheia,
E lhe inquire se acaso a sua terra
É alguma montanha, alguma aldeia,
Ou seu pai se é pastor de alguma serra:
Outro lhe imputa tudo o que na ideia

¹⁸ Penso que T. Braga se equivoca quando considera as *investidas* como as antepassadas de uma só acção da *praxe*, o *canelão*:

«No processo dos estudantes que formavam o *Rancho da Carqueja* cita-se uma *investida* a novatos; era esta uma prática que se usava anualmente na abertura dos cursos académicos e que ainda hoje se usa com o designativo de *canelão à Porta Férrea*.» (*Op. cit.*, vol. III, p. 166.)

Nem a *investida* era só *canelão*, só violência física, nem o *canelão* vem substituí-la, na medida em que também ele já existia (ver nota 11). Mesmo que a ideia de T. Braga fosse que a *investida*, mais completa primeiro, tivesse vindo a reduzir-se ao *canelão*, contra tal ideia atesta a persistência de outras práticas, tais como a *tourada*, a *tonsura*, as *palmatoadas*, etc.

Além disso, *investida* incluía também outro tipo de violências, como injúrias verbais, troças, etc., como se pode ver pelo exemplo dado a seguir.

¹⁹ Isto é, depois de o veterano lhe ter extorquido, por meios astuciosos, objectos e dinheiro...

De injúrias atrocíssimas encerra:
Outro lhe faz a afronta mais amara,
Pois lhe chega a escarrar na própria cara.

Com tais exhibições solenemente,
E outras muitas também, que agora omito,
Em cuja narração precisamente
Havia de gastar tempo infinito,
Se festeja um novato, que inocente,
Depois de sofrer quanto tenho escrito,
Ainda paga o doce, que não come,
Porque a turba voraz tudo consome ²⁰.

A *investida* podia, assim, incluir um pouco de tudo: a *tourada*, a *pica-ria*, insultos, a *patente*, troças ²¹. E a sua composição não obedece a prescrições rigorosas, tal como se pode ver por uma outra descrição em que bastante se insiste sobre as várias formas de pagamento da *patente*, pois que o «pobre novato», logo que matriculado, «há-de pagar a ceia, sob a pena de fazer maiores gastos com os amigos do veterano, que àquelas funções nunca faltarão», há-de também pagar na «Rua da Calçada» «as bebidas que eles quiserem gastar», como, por fim, em Santo António dos Olivais, «pagar um tabuleiro de tigelinhas de manjar-branco».

Outro tipo de provações eram infligidas aos novatos, as quais podiam consistir em o obrigar a «subir em uma mesa e dela dizer quatro palavras», «a fazer uma décima» ou ainda, mais grotescamente, a mandarem-no «pôr as mãos no chão para atirar quatro pinotes».

Exploração do novato eram ainda os serviços que este tinha de prestar ao veterano, tal como «alimpar os sapatos», acto a que, diz o novato, «se submeteu contra sua vontade» ²².

Já em textos do século XIX, *caçada* e *troça* são os termos que mais frequentemente se encontram. Porém, ao contrário de *investida*, a conotação de violência está neles muito atenuada. É verdade que a *caçada* pode ir até ao insulto ²³ ou incluir mesmo cenas de *pica-ria* e de *tourada*.

Na verdade, numa estrutura semântica em que ambos os tipos de termos coexistam, dir-se-á que, designando todos conjuntos de práticas «persecutórias» dos *caloiros*, *investida* se coloca no pólo da violência «física» organi-

²⁰ *Op. cit.*, pp. 318-321.

²¹ Em trabalho a publicar posteriormente, as acções que estes termos designam serão descritas um pouco mais em pormenor.

²² *PM*, pp. 180-181.

²³ Num curioso texto de inícios do século XIX (Filippe Alberto Patroni, *Dissertação sobre o Direito de Cassoar Que Compete aos Veteranos das Academias...*, Lisboa, Impressão Régia, 1818), em que, num involuntário *pastiche* da argumentação escolástica, se defende o direito de os *veteranos* caçoarem os *novatos*, concebe-se a hipótese de abuso de tal direito, fazendo-lhe, na opinião do autor, caducar a legitimidade:

«Embora se diga que nas Academias sempre muitos novatos foram lesados com as caçadas; eu o confesso; mas também ninguém pode duvidar que em todas as Academias sempre houve bons e maus veteranos; estes abusaram do direito de caçoar; aqueles fizeram uso dele: reprima-se, portanto, o abuso e fique o uso em vigor.» (Pp. 34-35.)

zada. *caçoada* e *troça* no plano da violência «simbólica»²⁴. Estas últimas seriam, quer no campo dos discursos, quer no campo das práticas, a eufemização das primeiras.

A ser assim, não é de estranhar que, com o correr dos tempos, isto é, com as mudanças que na sociedade e na Universidade se foram operando, o termo *investida* tenha vindo progressivamente a cair em desuso (ficando-nos a impressão de ele ser um vocábulo caracteristicamente setecentista...) e a subir, em exclusivo, os termos *caçoada* e *troça*. Apesar de as violências não terem desaparecido de todo no século XIX, dentro das alternativas disponíveis na língua, as realidades sociais vêm a impor a selecção da expressão eufemizada.

Até bastante tarde no século XIX, e sem dúvida na sua primeira metade, *troça(s)* e sobretudo *caçoada(s)* são, assim, designações aplicadas às práticas relativas aos *caloiros*²⁵. Isto sem prejuízo do curso quase autónomo do termo *canelão*, essa dura forma de pagamento de direitos à entrada material e simbólica da Universidade, isto é, na Porta Férrea e nos primeiros dias de aulas, autonomia compreensível²⁶, se tivermos em conta

²⁴ As aspas em «física» e «simbólica» pretendem significar o carácter muito relativo destes adjectivos quando aqui utilizados. De certo modo simbólica também é a violência física, no caso considerado, pois nenhuma lei civil a sustenta nem nenhum poder instituído formalmente a legitima. Antes pelo contrário, como já foi indicado, as autoridades constituídas pretendem reprimir as primeiras formas, tolerando ou mesmo estimulando, à sua maneira, as segundas, como adiante se mostrará.

²⁵ Ver, por exemplo, Philippe A. Patroni, *op. cit.*, p. 19; G. Centazzi, *op. cit.*, p. 23; Rodrigo Veloso, *Folhas ao Vento...*, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1863, pp. 15-16; M. Viana, *Luiz Estudante*, Imprensa da Universidade, 1859, p. 16; Francisco Soares Franco J.^{or}, *Memórias da Mocidade*, Lisboa, Typ. do Panorama, 1867, p. 43. Ver também Alfredo Pratt, *Bohemia de Coimbra*, Coimbra, Imprensa Académica, 1899, p. 15 *et passim*, um modelo do género na celebração das tradições boémias de Coimbra, assim como o tão conhecido *In illo Tempore*, de Trindade Coelho. Ambos usam os termos *troças* e já também *praxes*.

É preciso dizer que *caçoada* e *troça* não se usam exclusivamente neste sentido restrito. São eles utilizados também para designar de forma genérica as graças e partidas que os estudantes diziam e faziam a toda a gente, incluindo, por vezes, os próprios lentes. (Ver, por exemplo, R. Veloso, *op. cit.*, p. 16.) É este um dos traços considerados característicos do comportamento académico coimbrão. E não só coimbrão. Ver referência a costumes idênticos dos estudantes de Oxford em Fialho de Almeida, *A Esquina. Jornal de Um Vagabundo*, Coimbra, França Amado, 1903, pp. 4-8. Ver também, sobre costumes estudantis em Oxford e Cambridge, Sheldon Rothblatt, «The Student Sub-Culture and the Examination System in Early 19th Century Oxbridge», in Lawrence Stone, *University in Society*, Nova Jérsei, University Press, 1974, 2 vols., vol. I, pp. 247-303.

Diferentes no seu significado consoante o tipo de visados, diferentes eram também as reacções destes. Há referências que parecem fazer crer que (sobretudo em épocas mais recentes— finais do século XIX e inícios do século XX) as graças e a bravata ousada eram encaradas pelos lentes com benevolência e tolerância ou mesmo apreciadas. Já a atitude dos futricas era outra, dando origem, em muitos casos, a conflitos de uma certa gravidade.

²⁶ Essa autonomia é de certa forma atestada quando os dois termos ocorrem na mesma frase, como no exemplo seguinte:

«Apenas chegado a Coimbra, Ricardo levou o seu grau, sofreu muita *caçoada*, apanhou muito *canelão* [...]» (António Manuel Cunha Belém, *Scenas Contemporâneas da Vida Académica*, Lisboa, Livraria Central, 1863, p. 59.)

Com relativa independência, aparece a designação *grau*, tal como o exemplo mostra, sendo este acto uma grande cerimónia das *troças*, envolvendo elementos quer de *troça* propriamente dita, quer de violência física, quer de coacção psicológica

as conotações relativamente contraditórias, como já se viu, de um e dos outros termos ²⁷.

Praxe(s) aparece, nos textos que consultei, pela primeira vez numa obra editada em 1863, reforçada pelo adjectivo *velho*, em sentido muito genérico e associado a *lei*: «Em casos tais é costume herdado de longos tempos e, como tal, lei académica para os que ainda se prezam de seguir *praxes velhas*...» ²⁸

É, de resto, o único exemplo num texto em que os termos *uso* e *costume* são abundantemente utilizados, bem como numerosas designações específicas de muitas e variadas práticas estudantis.

O exemplo cronologicamente mais próximo de que disponho é de 1872. Nesse caso, o termo refere-se directamente a acções relativas a caloiros e valorativamente vem acompanhado do adjectivo *selvático*, encontrando-se ainda em relação sinonímica com *troça*: «Ainda há dez anos que as *troças brutais* infligidas pelos veteranos aos que se matriculavam a primeira vez [...] revoltavam os ânimos mais indiferentes à justiça e moralidade. O *Periódico dos Pobres*, por vezes se ocupou dessas *praxes selváticas* de à força tonsurar os cabelos, pintar o rosto, romper os vestidos, obrigar a acções ofensivas do decoro e da moral pública.» ²⁹

Deve ser a partir do final do século XIX, início do actual, que o uso se intensifica, levando praticamente ao desaparecimento de *troça*, que, por sua vez, já teria destronado *caçoada*.

À primeira vista poder-se-ia pensar que se estava perante uma mera variação interna à evolução da língua. Em grande parte, é, de facto, esse o caso da passagem de *caçoada* a *troça* e, se bem que bastante menos, o de *investida* a *caçoada* e *troça*, como acima se sugeriu. Porém, já o aparecimento e a posterior especialização do termo *praxe*, para designar costumes estudantis e particularmente alguns deles, indicam uma variação que vai basante mais longe que as anteriores.

Há uma alteração da zona semântica de referência. *Investida*, *caçoada* e *troça* identificavam uma prática no seu conteúdo descritivo. *Praxe* designa-a, relevando-lhe formas e funções especiais. Até certo ponto independentemente do costume que se diga ser *da praxe*, o que a introdução da palavra revela é uma nova forma de considerar os costumes estudantis.

No caso da sua aplicação aos costumes relativos aos caloiros, só superficialmente o termo *praxe* pode constituir com *investida*, *caçoada* e *troça* uma série histórica de sinónimos. Só relativamente ao nível da mera descrição dos actos ele é uma outra maneira de designar o mesmo objecto. Ele marca, sim, uma diferença que não é uma mudança no costume, mas no seu modo social de existência.

A datação da sua entrada no vocabulário académico adquire, portanto, a importância de um indício para a localização histórica das condições que terão favorecido a emergência da *praxe*.

Por outro lado, a consideração destes factos linguísticos veio, consequentemente, contribuir para o esclarecimento da questão dos limites

²⁷ Digo relativamente contraditórias, pois, em apoio da minha ideia de que *caçoada* e *troça* são sucessores do antigo termo *investida*, se encontra num texto de 1872 a expressão *troças brutais*, em que os dois aspectos se fundem.

²⁸ R. Veloso, *op. cit.*, p. 4.

²⁹ J. V., *O Calouro*, Porto, Typ. de António José da Silva, 1872, p. 14.

históricos da aplicabilidade do conceito, na medida em que facilitou a sua descolagem dos costumes que em concreto constituem o seu suporte. Isto é, ainda que a *praxe*, na sua fase mais consolidada como tal, se concentre muito particularmente sobre os costumes relativos aos caloiros, a evidência linguística permitiu tornar mais claro que a história de uma e a dos outros não são exactamente a mesma história. Ainda que se possa dizer que o fim dos costumes relativos aos caloiros foi o fim da *praxe*, não se pode afirmar o mesmo quanto aos seus inícios. O que significa também que, apesar disso, uma não se pode fazer sem a outra, ou que, por extensão, só se pode fazer a história da *praxe* fazendo a história da vida académica.

Por estas razões, entre outras, se justifica a breve e preliminar apresentação histórica que a seguir se faz.

2. O ESTUDANTE SETECENTISTA OU O ESTUDANTE QUE NÃO ESTUDA

As composições do *PM* são quadros do viver académico, de alguma forma feitos deliberadamente com a intenção de fixar os seus traços característicos.

Tudo começa pelas aventurosas viagens para Coimbra, cujo meio de transporte é, geralmente, o modesto burro, ou, quando muito, égua ou macho, e em que os estudantes, e particularmente os caloiros, são vítimas de arrieiros e estalajadeiros, exploradores vorazes, que não lhes poupam as bolsas nem os corpos, usurpando-lhes os primeiros as montadas a meio caminho, ratinhando-lhes os segundos os confortos de cama e mesa que deviam proporcionar-lhes.

Quanto aos caloiros, é nessas viagens que a muitos deles se deparam, pela primeira vez, as pouco benignas maneiras dos colegas mais velhos, que se comprazem em acrescentar-lhes os tormentos de já tão tormentosas jornadas.

Nessas composições se faz também o enquadramento físico numa cidade que, apesar das belezas circundantes, é encarada sem grandes complacências (estamos ainda longe da fase romântica em que toda a cidade é revestida de galas imaginárias e dos balsâmicos ares que o saudosismo dos tempos juvenis — mocidade doirada de alguns — sobre ela projecta):

E que direi das ruas? Tão mal postas
Que quem debaixo acima se encaminha
Traz as coxas das pernas descompostas
E vem capaz de um caldo de galinha:
Pois uma, que lhe chamam *Quebra-Costas*,
Juro que sempre foi tentação minha;
Porque já uma vez este meu lombo
Deu nas suas escadas um bom tombo:

E os aromas que tem cada travessa,
Almíscares, algálias e outros cheiros,
Que, buscando quartel, a toda a pressa
Se encaixam nos narizes passageiros:
A lama em toda a parte é tão espessa,
Em vindo quatro dias de chuveiros,

[...]

Além destas pensões e de um milheiro,
Que calo por ter paz com a Cidade,
Aqui consome a gente o seu dinheiro
E o tempo mais feliz da mocidade ³⁰.

Noutra composição posterior, de 1788 (a de cima é de 1765), a referência colhida sugere que o mal não tinha desaparecido, porque, ainda que a vista da cidade possa «embebedar por fora» o visitante, por dentro «lhe achará o pão bolorento» ³¹.

Os quartos onde os estudantes moram não são melhores: são pobremente mobilados, sujos. O título de uma das composições (de 1765) faz mesmo referência a indesejáveis insectos que os povoam: «Queixas de Amaro Gaveta, estudante da Universidade de Coimbra, contra pulgas, percevejos, ...»

É assim fornecido o quarto do estudante:

«O seu móvel constará, enquanto a trastes de madeira, de uma barra, uma banca com gaveta e sua chave, uma cadeira até duas, se a janela não tiver poiais, um cabide e um papagaio para pôr o candieiro. Quanto a trastes de barro, de um pote, de um púcaro, um tigelão de lavar as mãos, uma sopeira, um prato grande e meia dúzia de pequenos e, além disto, um vaso destes de pôr debaixo da cama, Trastes de metal, o candieiro unicamente. Móveis de vidro, três garrafas e um copo. Alfaias de ferro, faca, colher e garfo, canivete, tesoura e fusil. Quinquilharias miúdas, penas, papel, obreias, isca, mechas e algodão para torcidas. Alguns costumam ter arca em que arrecadam a sua roupa, mas eu sempre me remediei com a minha mala, cabide e costas da cadeira.» ³²

³⁰ PM, pp. 247-248.

³¹ *Ibid.*, p. 350. É uma ideia semelhante que se encontra em Link, em *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799, par M. Link (membre de plusieurs Sociétés Savantes), suivi d'un Essai sur le Commerce du Portugal*, tradução do alemão, Paris, Levrault, Schoelle et Cie., 3 vols., ano XI-1803 a ano XIII-1805:

«On n'aperçoit la ville qu'après être descendu dans la vallée; [...] Sa situation est charmante; des monastères et des églises sans nombre couvrent et embellissent le penchant de la montagne. Cependant il suffit d'entrer dans la ville pour être détrompé. Les rues en sont étroites, inégales, sinueuses, mal pavées, mal-propres, et souvent tellement escarpées, qu'on a de la peine à y marcher.» (T. I, pp. 378-379.)

³² PM., pp. 392-393. Quer porque estas condições materiais para a maioria dos estudantes de facto não tivessem mudado, quer por efeito de reflexo que os textos mais antigos tendem a ter sobre os posteriores, muitos escritos referentes ao século XIX reproduzem, com muito pequenas diferenças, este quadro.

À roda de 1825:

«[...] vesti batina, comprei a minha mobília, que se reduziu a uma barra, um colchão, uma cadeira, uma banca de pinho e uma estante para livros, [...]» (G. Centazzi, *op. cit.*, pp. 32-33.)

Mais tarde, Eça de Queirós descrevia assim o quarto de Antero em Coimbra:

«Era o hereditário quarto da velha Coimbra, com as portas rudemente besuntadas de azul, o tecto alto de madeira fusca e a cal das paredes riscada por todas as cabeças de lumes-prontos que em cinquenta anos ali se tinham raspado, com preguiça, para acender a torcida do azeite, à hora triste em que toca a 'cabra'. A um canto um leito de ferro, num alinhio rígido. Diante da janela, a banca de Coimbra dos meus tempos, tábua de pinho sobre quatro pés

De tais aspectos de pobreza não se pode apressadamente concluir que os estudantes de Coimbra viviam miseravelmente na sua maioria. Apesar de faltarem elementos precisos para se estabelecerem quadros da composição social do corpo estudantil, há indicações suficientes para pensar que no século XVIII a Universidade seria frequentada por fidalgos, sobretudo estudantes originários da nobreza de toga, filhos de morgados, de brasileiros, de ricos comerciantes e lavradores das redondezas e também por alguns menos afortunados ou mesmo pobres, como já acontecera nas universidades medievais e posteriormente. A crer em certas descrições do *PM*, viviam estes últimos (e não só...), em muitos casos, de expedientes vários, explorando, na medida do possível, os seus companheiros e todos os que a isso se prestassem:

«De um animal chamado Belócio conta Plínio, o qual não tem aposento próprio, nem trabalha em buscar presa alguma para seu alimento, mas, correndo alternadamente as covas dos outros animais, se deita nas camas que eles têm feito para seu repouso, sem que algum interrompa este atrevimento, antes todos o agasalham benignos, repartindo com ele as presas que apanharam. Grande é, sem dúvida, o privilégio que deu ao Belócio a natureza; mas deste mesmo, que goza o Belócio entre os mais brutos, gozareis vós também em Coimbra entre os estudantes. É o Belócio o maior tratante do campo e vós sereis o maior Belócio da Universidade; e, para que fiqueis mais instruído nesta tão proveitosa doutrina, vos irei individuando as ocasiões e modos de que vos haveis valer para executar as vossas astúcias e habilidades.»³³

Era costume que tinha foros de tradição, ou, como no mesmo texto se diz, era um «singular modo de vida [...] já tão velho como a mesma Universidade», e que parece ter sobrevivido largamente, como documentação posterior o atesta³⁴. Mais uma vez é de citar um texto do *PM* que no seu extenso e divertido título expressamente indica a sua finalidade:

«Feição à moderna, ou logração disfarçada, químicas à surrelfa e ideias de tratantes, novamente inventadas para passar a vida escolástica

toscas [...]» («Um génio que era um santo», in *Notas Contemporâneas*, Lisboa, Livros do Brasil, s. d., p. 253.)

³³ *PM.*, p. 169.

³⁴ T. Braga faz referência, na sua *História da Universidade de Coimbra*, a vários tipos de estudantes pobres, em diferentes épocas históricas. É um deles o tipo de estudante goliárdico, cujas características de vida parecem ter deixado marcas nos modos de vida académica de muitas universidades europeias, entre elas a de Coimbra. Uma dessas características seria a de viver de esmolas e de expedientes muito semelhantes aos que são descritos nos textos do *PM*.

T. Braga refere como sendo um uso de algumas escolas medievais o facto de certos estudantes mais novos, a quem chamavam *caçadores*, serem protegidos por estudantes mais velhos, que eram chamados *bachantes*. Em troca da ajuda destes nos estudos, os mais novos andavam, por vários meios, tentando angariar com que os sustentar.

Este uso não deixa de nos fazer lembrar a relação de exploração do *novato* pelo *veterano* que o *PM* tanto refere. T. Braga também liga esta função de caçador ao uso, muito semelhante e muito mencionado em textos referentes ao século XIX, do *andar à lebre*. (Ver *op. cit.*, vol. I, pp. 149-160 e 478-479. Ver igualmente adiante p. 827.)

na Universidade de Coimbra, à cavalheira, com aplauso, boa vida e dinheiro, sem assistência de mesadas.

Instrução breve e proveitosos ditames que deu um tratante de Lisboa a seu filho, querendo-o mandar para Coimbra no ano de Novato.»³⁵

Vem a propósito referir a permanente falta de dinheiro dos estudantes, que parece constituir, nas crónicas, mais um uso característico.

Tal falta de dinheiro e o recurso consequente ao *prego* e aos prestamistas³⁶, coisas que não são necessariamente indicadores de pobreza, têm o seu contraponto nas despesas feitas pelos estudantes.

Uma vida de larguezas é o modelo proposto numa passagem do *PM*, que descreve as várias *feições* então existentes.

A «feição geral» era a de «ter muito dinheiro e gastá-lo depressa com os amigos», num esquema de liberalidades que incluía o «pagar a todos os circunstantes o sorvete ou chocolate, na loja de bebidas, os covilhetes de ovos e o cidrão em casa do Conserveiro», ser generoso com os servidores, não pedindo «nunca demasias ao moço nem à ama», despreocupado com os seus haveres, não falando «no traste ou dinheiro que emprestou ao amigo», ainda que tal vida não pudesse ser feita certamente por todos os estudantes, pois que, tal como o autor do texto esclarece, «esta feição é só para aqueles que têm cinco moedas de mesada; para filhos de mercadores ricos ou para brasileiros», porque «os que têm só uma moeda não podem fazer estas áfricas»³⁷.

Apesar da restrição, se a abundância relativa dos estudantes de então não existisse de facto, como entender a provisão régia de D. João V de 26 de Novembro de 1733, à semelhança, de resto, de outras anteriores, de D. Manuel I e de D. João III, por exemplo, em que se verbera o «grande luxo e despesa com que se tratam na Universidade os que residem, com desprezo dos estatutos»?³⁸

Ao mesmo se refere Ribeiro Sanches, que, lamentando a falta de condições de habitação em Coimbra, censura, por outro lado, o excesso de serviçais, cujo número variava consoante o *status* dos estudantes: «Cada dois ou três Estudantes têm uma ama; um e às vezes três criados; se é cavaleiro, tem seu cozinheiro, um criado e um pajem, ou, pelo menos, um negro; o fausto de um fidalgo [...] consiste no maior número de criados e sustentar uma mula ou um cavalo.»³⁹

Dentre os expedientes para arranjar dinheiro ou o seu equivalente em espécies cita-se no *PM*, além de várias formas de *lograções*⁴⁰, o *fazer rifas*⁴¹ dos mais variados objectos: relógio, anel, livros, pistolas, fivelas de prata dos sapatos, esporas, peças de vestuário, etc.

O *jogo*, desde longa data, é hábito em que os estudantes se perdem, perdendo alguns em benefício de outros ou todos para lucro dos proprietários das bancas.

³⁵ *Op. cit.* pp. 160-177.

³⁶ *PM*, pp. 190, 227 e 334, onde se alude ao *prego*, sem usar, no entanto, a palavra.

³⁷ *Ibid.*, pp. 167-168, texto de 1741.

³⁸ Em T. Braga, *op. cit.*, vol. III, p. 169, nota 2.

³⁹ R. Sanches, *op. cit.*, p. 118, in T. Braga, *op. cit.*, vol. III, p. 181.

⁴⁰ Além da composição cujo título vem acima transcrito, ver pp. 199-202, 243-244 e 316-318.

⁴¹ *PM*, pp. 171-173, em que se faz uma pormenorizada descrição do modo adequado de «lançar» a *rifa*. Ver também p. 189 e ainda pp. 397-398.

Assim, em composições do *PM*, o *jogo* aparece sob duas espécies: quer «aconselhado» como forma de obter dinheiro, quer como logração de que é necessário fugir: «Também seguireis outro caminho igualmente proveitoso, ainda que menos certo: frequentar as palestras de jogo, fazer banca, ou pacaú, usar de quatro pandilhices para ir surripiando subtilmente as bolsas dos inocentes. Adverti, porém, que com alguns não vos há-de valer a nossa astúcia; porque encontrareis já pandilheiros tão destros que podem ler de cadeia; [...]»⁴²

O *uso de armas*, atestado também em textos do *PM*, era corrente, apesar das multiplicadas proibições⁴³ e das penas que se supunha serem aplicadas aos infractores. E que não eram puros objectos de ornamentação mostra-se através de comentários e de documentos oficiais que dão conta das frequentes desordens e «actos facinorosos» em que os estudantes se envolviam.

Ribeiro Sanches, escrevendo na segunda metade do século XVIII e referindo-se à actualidade e a tempos anteriores (1716-19), quando tinha frequentado a Universidade, critica asperamente estas práticas. Iam, segundo ele, os estudantes para Coimbra «armados como se fossem para campanha ou para a montaria, com armas ofensivas e defensivas, com pólvora e bala e cães de fila». Ribeiro Sanches vê aqui uma das causas do constante desassossego e indisciplina em que viviam os estudantes, a qual devia ser reprimida por meios decididos, como os que preconiza, dizendo que «só um batalhão de infantaria armado de espingardas com baionetas e cartucheiras carregadas poderá domar aquele fogo da mocidade portuguesa», salientando a ineficácia da guarda académica, «um meirinho de capa e volta com doze pobres velhos archeiros, que nem intimidam nem inculcam a menor atenção no ânimo da mocidade resoluta e destemida».

De facto, a turbulência e as desordens sempre caracterizaram o viver estudantil.

Uma das razões apontadas para a primeira transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra, em 1307, é a conflitualidade existente entre

⁴² *PM*, p. 173.

⁴³ Os Estatutos Manuelinos parecem ser os primeiros a conter expressamente a proibição de porte de armas:

«Item mandamos que nenhum escolar entre nas escolas com armas ofensivas nem defensivas. E o que o contrário fizer perca as armas, a metade para o bedel e a metade para o guarda das escolas. Ao qual mandamos que logo faça execução e mais ficará o tal escolar ao castigo que o reitor lhe quiser dar.» (In *Notícias Chronologicas da Universidade de Coimbra, Escriptas pelo Beneficiado Francisco Leitão Ferreira*, 2.^a ed., organizada por Joaquim de Carvalho, Universitatis Conimbrigensis Studia ac Regesta, Coimbra, por ordem da Universidade, 1937, 1.^a parte, p. 779.)

Após a transferência da Universidade para Coimbra, em 1537, determinada por D. João III, nova proibição é feita, por alvará de 26 de Agosto de 1538, de «os estudantes de Coimbra trazerem *espada*, *punhal* nem *adaga*, de dia pela cidade, assim como tenho mandado que as não tragam de noite» (in *Notícias Chronologicas...*, cit., Coimbra, 1938, 2.^a parte, vol. I, p. 674). Também os Estatutos de 1559, bem como os de 1598, tornam a reforçar as proibições.

Mais tarde, numa provisão régia de 1689, a propósito de um crime cometido por um estudante, são *proibidas as pistolas*, além de todas as outras armas. Ver *O Conimbricense*, n.º 2221, de 7 de Novembro de 1868.

estudantes, fortemente privilegiados e protegidos por um foro privado que os subtraía às justiças comuns, e os moradores da cidade. Também na carta régia de 31 de Outubro de 1443, carta da fundação de um novo Estudo Geral em Coimbra, fundação essa projectada pelo infante D. Pedro enquanto regente (e que não chegou a concretizar-se), se referem alguns inconvenientes da localização da Universidade em Lisboa, entre eles a muita agitação reinante entre os estudantes, dos quais uns «por homesio e arruídos são estorvados, outros pela muita conversação dos amigos e parentes não podem com repousado espírito estudar»⁴⁴.

Podem, de resto, citar-se documentos de todas as épocas atestando directa ou indirectamente a existência de perturbações constantes.

Já os Estatutos de 1431 contêm disposições relativas à manutenção dos «bons costumes» dos estudantes⁴⁵. Mais tarde, os Estatutos Manuelinos reforçam e estendem disposições desta natureza, incluindo a proibição do *porte de armas*, como atrás se referiu⁴⁶.

Uma lei de 1674 proíbe o uso da capa pela cabeça, por tal embaçamento impedir o fácil reconhecimento dos autores dos «graves excessos e atrocíssimos crimes» que então assolavam a cidade de Coimbra. Eram os estudantes os principais visados, ainda que no texto da lei se indique que a proibição é extensivo a toda a gente:

«[...] nenhuma pessoa de qualquer qualidade ou estado que seja, assim estudantes como os que o não forem, possam pôr a capa pela cabeça, nem trazer barrete e todos usem chapéu.»⁴⁷

A turbulência continuava, a guarda académica era incapaz de a conter, ao ponto de um estudante matar, à pistola, um homem da vara do meirinho. Este incidente dá ocasião à publicação, em 1689, de uma lei

⁴⁴ «Carta de fundação de uma nova Universidade em Coimbra», in *Notícias Chronologicas*, cit., 1.ª parte, p. 705.

⁴⁵ Obrigavam-nos a «hábito honesto», pelo menos até meia perna. Proibiam todos os escolares de terem *cavalo* (proibição que posteriormente se torna selectiva, não se aplicando aos estudantes mais ricos) ou *jumento*, *cães* e *aves*, na intenção, em parte, de reduzir as montarias, bem como os incidentes que delas podiam decorrer. Também é proibido o ter «mulher suspeita» em casa, de «forma contínua». Todos os que procedessem contra o que os Estatutos estabeleciam não gozariam dos privilégios dos estudantes, pena que, a ser de facto aplicada (o que raramente acontecia), significava não pequena perda. (Ver *Notícias Chronologicas*, cit., 1.ª parte, p. 675.)

⁴⁶ Ver nota 43. T. Braga refere que, ao tempo da fundação da Universidade, à semelhança do que acontecia noutras universidades da época e mesmo posteriormente, os estudantes seculares das universidades usavam espada para se distinguirem da clericatura e acrescenta:

«[...] vivendo portanto fora da clausura e da comunidade dos colégios, entregavam-se à vida airada, à tuna, nome talvez derivado dos *nocturni grassatores*, que andavam provocando rixas com os burgueses, fiados na impunidade do foro privilegiado.» (*Op. cit.*, vol. III, p. 83.)

Uso inicialmente estabelecido e tolerado, era extremamente difícil reprimi-lo, até porque, para parte dos estudantes, ele constituiria, mesmo na época das proibições, uma marca de *status* social a que tinham direito.

⁴⁷ Seguem-se as penas de degredo, acumuladas, no caso dos estudantes, com a de expulsão da Universidade. (Ver *O Conimbricense*, n.º 2221, de 7 de Novembro de 1868.)

proibindo o uso de pistolas e dispondo, igualmente, um conjunto de medidas punitivas específicas da situação estudantil, como a expulsão perpétua da Universidade para os estudantes que as possuísem ou simplesmente as tivessem em casa, a perda de dois anos para os que usassem outras armas, «ainda que não fossem defesas», cumulando estas penas com as penas previstas em leis gerais do Reino, «conforme às quais» os prevaricadores deveriam «ser sentenciados»⁴⁸.

Ocasionalmente pelos mais variados pretextos, incluindo as *investidas aos novatos*, como atrás se viu, as desordens e crimes não deixaram de existir ao longo do século XVIII.

Os mais famosos são os do já citado Rancho da Carqueja, relatados no extenso texto da sentença de morte do estudante Jorge Aires, considerado o cabecilha mais responsável⁴⁹.

Logo após a prisão dos membros do Rancho, em Fevereiro de 1721, novos incidentes se verificam em meados de Março, o que leva à publicação da provisão régia de 4 de Abril de 1721, ressuscitando a aplicação das anteriores provisões cujos resultados não pareciam ter ido ao encontro das suas intenções morigeradoras.

Pelo texto desta provisão é-nos dado ver como se comportavam os estudantes, andando «de dia e de noite com capotes por toda a parte, com espadas e outras armas debaixo do braço, e muito embuçados, e outros afectando assim com cabeleiras trazer a cara descoberta, obrando solturas e intimidando a toda a pessoa como é notório [...]»⁵⁰.

Pouco depois, novos sucessos são objecto de nova provisão (de 24 de Julho de 1721), indo-se nesta até à derrogação pontual do privilégio do foro privativo: «[...] sendo-me presente que na ocasião dos touros que houve no Mosteiro de S.^{ta} Clara, [...] se mascararam alguns estudantes, que juntos foram em um dia insultar o juiz de fora e em outro ao corregedor da comarca, que, vendo o excesso dos ditos mascarados e intentando prendê-los, estes lhe resistiram com armas de fogo e lhe feriram um alcaide; e que, não obstante a resistência, o dito corregedor prendera nove dos mascarados, fui servido resolver que o corregedor tirasse logo uma exacta devassa, e que, sem embargo de os mascarados serem estudantes, não remetesse os presos nem as culpas ao conservador seu juiz privativo, derogando por esta vez os privilégios dos ditos estudantes, como protector que sou da mesma Universidade, sem embargo das razões que em carta de 27 de Abril passado me representastes sobre esta matéria [...]»⁵¹.

Apesar do castigo exemplar que foi o do chefe do Rancho da Carqueja, degolado a 20 de Junho de 1722, em Lisboa, com o complemento sinistro da exposição da cabeça em praça pública em Coimbra, há referência a um novo rancho em 1737, em provisão régia de 12 de Julho. Este rancho era composto por doze estudantes, «com clavinhas, pistolas, manguais e outras semelhantes armas», que «andavam rondando as ruas [...] e, o que mais era, fazendo esperas a outros estudantes, que, levando-os a partes escuras, os obrigavam com violência a fazerem acções e actos

⁴⁸ *O Conimbricense*, n.º 2221, de 7 de Novembro de 1868.

⁴⁹ *Ibid.*, n.ºs 2234 e 2235, de 22 e 26 de Dezembro de 1868.

⁵⁰ T. Braga, *op. cit.*, vol. III, pp. 164-166.

⁵¹ *Id.*, *ibid.*, pp. 163-164.

torpes⁵², tomando esta ousadia de não ter na Universidade inteiro cumprimento a lei novíssima que proibia as ditas armas, e de abuso de capuzes e carapuças de rebuço [...]»⁵³.

Era esta a situação tão vivamente criticada por Ribeiro Sanches e Luís António Verney. O primeiro não esconde a relação que vê entre esta vida dos estudantes e a decadência pedagógica e institucional em que a Universidade se encontrava, parecendo-lhe urgente uma completa reforma dos estudos e da disciplina.

Realizada a reforma em 1772, este estado de coisas não sofre, no entanto, uma radical transformação. D. Francisco de Lemos, o reitor-reformador, encarregado da vigilância na actualização dos novos Estatutos, apesar de referir a melhoria provocada por estes, nos primeiros tempos⁵⁴, não pode deixar de confessar que, passado algum tempo, se verificou uma recaída, à qual tentou obstar pedindo a aplicação de penas disciplinares, tal como ele próprio relata:

«Passados dois anos, principiou a ir-se sentindo alguma alteração nesta paz e ordem, causada por alguns vadios, que se vestiam de batina para passarem por estudantes, metendo-se pelas casas dos mesmos estudantes e perturbando-os. Deu isto ocasião a uma representação que fiz ao marquês de Pombal, o qual, por uma provisão, mandou que expulsassem fora da cidade os ditos vadios e perturbadores e debaixo de penas graves se tornassem à cidade, e que ninguém pudessem trazer batina senão os estudantes e aqueles que pertencessem ao corpo do clero.

Para evitar que a relaxação se não introduzisse com ruína dos estudos e dos costumes, havia providência de se rondarem de noite as ruas e de se proibirem as casas de jogo, de impedir-se que não houvesse comédias na cidade e de se prenderem aqueles que se achavam cúmplices. São factos notórios, que não podem ser contestados.»⁵⁵

⁵² Eram certamente as trupes de *caça aos caloiros*, o que fazia parte das *investidas*.

⁵³ *O Conimbricense*, n.º 2236, de 29 de Dezembro de 1868.

⁵⁴ Os Estatutos da reforma pombalina introduziram uma modificação importante, com algumas possibilidades de repercutir favoravelmente sobre a melhoria dos costumes, a qual foi de instituir exercícios nas aulas e exames no fim de cada ano dos cursos, ao contrário do que antes sucedia, em que só havia exames no fim, para obtenção dos graus académicos.

Não deixa, por outro lado, de ser um indicador de mudança o facto de a frequência anterior à reforma rondar os 3000 alunos, sendo apenas de 800 nos primeiros tempos depois dela.

Diz D. Francisco de Lemos na *Relação do Estado Geral da Universidade de Coimbra de 1772 a 1777*, apresentada ao Governo..., Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1894, edição de T. Braga:

«Não será fácil descobrir-se nesta parte da história académica tempo algum em que os estudantes vivessem com maior regularidade e concerto, especialmente nos dois primeiros anos. Tinham concorrido à Universidade muitos estudantes a assistir a abertura dos Novos Estudos; mas logo que viram a diferença notável que havia entre os diferentes métodos de ensinar antigo e moderno, logo que conheceram a necessidade de residirem e de observarem a disciplina das aulas, que os sujeitava a dar conta das lições, a fazer dissertações e sabatinas, todos os que eram ignorantes e falhos de princípios desemparraram a Universidade, ficando só os escolhidos dentre eles e que seriamente procuravam saber.» (P. 133.)

⁵⁵ D. Francisco de Lemos, *op. cit.*, p. 134.

Vinte anos depois, o panorama parece não se ter alterado, a avaliar por uma carta régia de D. Maria I, de 31 de Maio de 1795, em que se descreve o estado de indisciplina em que vivem os estudantes, «fazendo-se capital de distrações impróprias e puníveis, precipitando-se em desordens sem consideração a si mesmos [...] e sem respeito a subordinação que devem para seu bem aos seus mestres [...], também não sendo frequentes nas aulas, ou ainda que as frequentem não mostrando aplicação [...]».

No mesmo texto se exorta ao exercício da autoridade académica pelos lentes e reitor, preconizando penas severas para «os estudantes conhecidos por turbulentos e díscolos», os quais deveriam ser «irremissivelmente riscados da Universidade», expulsos da cidade «para exemplo» e mesmo presos se a ela voltassem ⁵⁶.

Para a persistência deste estado de coisas não deixavam certamente de contar as oscilações das próprias autoridades académicas, que, como pode perceber-se pelo texto de alguns documentos, ora deixavam longamente em descanso os regulamentos, ora pediam a intervenção do poder real, bem como as deste mesmo poder real, que, nalguns casos, após a declaração das sentenças, intervinha em amnistias parciais ou totais. Ao cabo e ao resto, as autoridades académicas tenderiam a fazer jogar, sempre que pudessem, os princípios dos privilégios corporativos, em que elas próprias eram parte interessada.

Para isso contribuiria ainda o que T. Braga chama «monomania das valentias», designando assim o que na verdade mais não é do que a reinterpretação, na lógica de um aumento especial da vida — a mocidade — e de uma situação particular — a de estudante —, dos valores de honra e brio fidalgos.

É esse traço que num texto do *PM* se vê criticado com muita ironia:

Em qualquer sobra muito, que se note
Por façanhas, que conta cada instante,
Pois julga no valor ser D. Quixote,
Sendo só na fraqueza Rocinante:
Mas, como todos são de triste lote,
Bem podem competir com o louco Andante,
Não só pelo exercício das loucuras
Mas também pelo triste das figuras ⁵⁷

Nesta mesma composição se vê também ironizada uma *feição* menos aristocrática de valentia, aquela em que é a força bruta que é valorizada:

Já vem o Transtagano, e prontamente
Blasona de forçoso o tal Novato,
Que não deixa de ser prenda excelente
Para andar nas Alfândegas ao trato:
Entende que concorda e que é decente
No que for estudante esse aparato;
Mas tal ostentação melhor concorda
No que for carretão de pau e corta ⁵⁸

⁵⁶ Ver texto completo do documento em *O Conimbricense*, n.º 5295, de 13 de Agosto de 1898.

⁵⁷ *Op. cit.*, p. 229.

⁵⁸ *PM*, p. 229.

ou, como nesta, a desenvoltura viril:

«Como vai para a companhia de seu primo [...] quando lhe entrar em casa, se ele estiver só, abraça-o [...]; mas se estiver de companhia, dê quatro pernadas na casa, arremece-lhe a manopla e diga-lhe a maior injúria ou o nome mais escandaloso que lhe vier à lembrança.»⁵⁹

Outra forma de ousadia e irreverência manifesta-se no costume estudantil de *troçar*, de *dizer graças*, fazer partidas a todos e sobre tudo. Assim o atestam passagens de textos do *PM* em que se aponta o gosto dos «bobos» em se evidenciarem pela «chocarrice das graçolas» e a moda introduzida pelos Lisboaetas («que sempre são inventores de novas máquinhas...») de «dar ópios e dizer pulhas»⁶⁰.

Fazer *grandes comesainas*, frequentar os *botequins*, fazer aí largo consumo de *vinho* ou beber *café* (o qual não seria da melhor qualidade, a acreditar no que um texto do *PM* diz...) ⁶¹, *comer doces* no conserveiro e *manjar-branco* em Celas ou em Santo António dos Olivais, *beber chocolate*, eis uns tantos costumes mais pacíficos a que se entregavam, na época do *PM*, os estudantes, como pode ver-se percorrendo-lhe as páginas.

Eis no que se fazia, também, grande parte das despesas em Coimbra. Era moda, isto é, era «boa feição», ter dinheiro e gastá-lo no «sorvete ou chocolate», em «covilhetes de ovos», etc.

Diz um autor, aconselhando economia, que, «em toda a parte [...] há mil modos de consumir-se o que um possui: porque em toda a parte há ratoneiros, aduladores, pandilhas, infortúnios e etc.; mas em parte nenhuma há mais artes de divertir dinheiro superfluamente do que na cidade de Coimbra e, por isso, em nenhuma se precisa de tanta economia», sendo a despesa feita em benefício dos da terra. O estudante «que ali aporta é como o naufragante em praias estrangeiras, onde não conta de seu mais do que os poucos vinténs que lhe escaparam no bolso» ou como «o rendeiro que vai pagar-lhes os foros»⁶².

Com a mesma intenção de aconselhar economia, é por vezes dado explicitamente o conselho de se afastar de botequins e outras lojas do género;

Retira-te das casas que dão pasto
A todo o animal que é sensitivo,

⁵⁹ *PM*, p. 351.

⁶⁰ O *Dicionário de Moraes*, na edição de 1844, dá como significado destas expressões o seguinte:

Ópio — em sentido figurado, petta, logração. [*Dar ópios* será assim enganar.]
Pulha — cousa equívoca de escárnio.

⁶¹ *PM*, p. 381: «[...] fuja [...] de todo e qualquer botequim, vulgo loja de bebidas, nos quais por café se dá caldo de castanhas e por leite água de massa; [...]»

⁶² *Ibid.*, pp. 374-375. Trata-se de uma composição intitulada «Economia escolástica», onde são dados conselhos para poupar, tendo em conta quais são as necessidades do estudante. Alguns desses conselhos são, de acordo com a «escolástica feição», expedientes para explorar outros. Fornece muita informação sobre os preços de objectos, serviços, matrículas de então: 1789.

Para outras referências directas ou indirectas aos usos acima indicados ver, nomeadamente para *comesainas*: p. 377; *comer doces*, *sorvete*: pp. 166-168, 175 e 180; *botequins*, *bebidas*: pp. 181, 203, 343 e 356.

Que deves atender ao surdo gasto
A que expõe a gente o brio altivo;
Pois um patau que nelas já fez rasto
E teve à bolsa sua afecto esquivo
Te recomenda muito a retirada
Na vila, na cidade e mais na estrada.

Usarás destas mesmas retiradas
Com as lojas que forem de bebidas;
Porque, se vires francas as entradas,
Patentes não verás tanto as saídas:
Eu espero que faças escusadas
Romarias fazer a tais ermidas;
Porque este licor do sacro Baco
Tira o siso, se não confunde o caco ⁶³.

Cheirar tabaco (ou *rapé*) era então moda nos próprios Gerais. Conta um novato que o seu veterano, para frequentar o curso de Instituta, não só o equipava com o texto leccionado nas aulas, mas também o mandava «comprar uma caixa e tabaco para ela», visto que aos Gerais «nenhum ia sem gastar a ervinha» ⁶⁴.

O local de encontro dos estudantes era a *Ponte*, lugar sagrado pela liturgia académica. Aí namoravam cachopas e diziam graças aos passantes:

Assine agora alguns divertimentos
Na terra [...] [...]
Assinará da ponte os vãos assentos
Onde o marau ocioso não falece,
E na sua Briolanja os olhos prega
Mais vivos que os de um gato em uma adega ⁶⁵.

À entrada dos novatos em Coimbra, era aí a temida primeira estação do calvário que os esperava. A um deles é aconselhado, para escapar aos veteranos:

Quando a Coimbra chegares, não te espantes
Se vires pela ponte passeando
A grande multidão dos estudantes,
Por mais que para ti esteja olhando:
Não pares, nem te apresses; como dantes,
A besta, em que vieres, vai picando;
Porque nisto lhes dá a maior prova
De que não és na terra coisa nova ⁶⁶.

⁶³ *PM*, p. 203.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 182. Ver também pp. 211-212 e 354.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 248.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 315.

E o lugar poético de então era o *Eco*⁶⁷, segundo diz o narrador-estudante: «Não foi este [o hábito do tabaco] o pior que trouxe da Universidade, [...]; o mais prejudicial foi o furor poético que recebi no *Eco*, pois, indo a ele com uns amigos, que lhe recitaram vários poemas, vim tão afeiçoado à parvoíce, que se me encasquetou podê-la alcançar com estudos maiores [...]»⁶⁸

Os passeios a *Santo António dos Olivais*, então nos arredores da cidade, e à *Fonte dos Amores* são também marcos simbólicos na utilização do espaço pelos estudantes.

Dois passatempos são frequentemente referidos, o fazer *música* e a *poesia*, como relata um estudante que, depois de se ter dado aos versos, passou a dedicar-se à música, aprendendo a tocar «flauta traversa» e «rabeça», nas quais executava «marchas e minuets franceses e italianos», passatempo em que gastou parte do tempo do ano lectivo, bem como todo o das férias, segundo diz, «com gosto de [seus] Pais», que, «vendo-[o] tão bem prendado, se compraziam com [ele]»⁶⁹.

Era passatempo, de facto, tão apreciado, que as prendas de saber tocar e dançar podiam servir de meio de vida: «Para ter certo jantar e a ceia», diz-se num texto do *PM*, «vos servirão de muito as vossas prendas de tocar flauta e rabeça [...] e o bom ar do corpo para os minuets.»⁷⁰

A prática da *música* e da *poesia* é apresentada em concorrência com o estudo e prejudicial a este, numa composição do *PM* cuja finalidade se exprime no próprio título, sendo ela a de aconselhar os novatos de forma a evitarem os erros em que os estudantes caem nos primeiros anos do curso, fazendo tudo menos estudar.

Diz-se aí como nocivo foi ao autor o «furor poético», porque, tendo-se ele «afeiçoado à parvoíce, se lhe encasquetou podê-la alcançar com estudos maiores», não se dando conta de que tão pouco dotado era para ela, acabando, sem nenhuma vantagem, por se «aplicar ao estudo de versos, deixando o das leis».

Mais adiante, o mesmo se diz a propósito da música, na qual o estudante gastou todo o segundo ano e férias seguintes, lamentando, já tarde, não ter empregue esse tempo «no estudo das leis do *Digesto*», acrescentando, como conselho moralizador aos novatos, que eles «com estas prendas e partes se divertirão melhor quando as tiverem no público dos auditórios e tribunais, se quiserem pôr os meios para saberem».

Noutro texto⁷¹, cuja aparente intenção é outra, bem diferente da do anterior, a música e outros usos já referidos são propostos e quase reivindicados em oposição à vida de estudo.

Mais do que isso, é um certo modelo de vida académica da época, aquele que um suposto pai, aconselhando o filho que vai partir para Coimbra, esboça ao dizer: «Não procurei mercar-vos a *Instituta* e expositores modernos para o estudo, nem livros curiosos para a notícia e desenfado; porque tudo

⁶⁷ Era um lugar elevado junto da Universidade onde se produzia um eco múltiplo. Também era aí que eram gozados alguns novatos que desconheciam esse fenómeno acústico.

⁶⁸ *PM*, p. 183.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 185.

⁷⁰ *Ibid.*, pp. 173-174.

⁷¹ «Feição à moderna ou logração disfarçada..., in *PM*, p. 160.

isto julguei supérfluo; e quero principiar por onde os outros acabam; porque as largas experiências que tenho de Coimbra, do tempo que lá assisti, e as notícias do presente me ensinam outro caminho mais acertado. Merquei-vos pois, em lugar da *Instituta* e expositores, uma flauta, rabeca e machinho; pelos livros curiosos, uns dados e baralhinhos de cartas; porque, suposto o vosso génio, esses serão lá todos os vossos estudos e curiosidades. Armei-vos também com os melhores atavios e ornato que se requiere para a ostentação de uma personagem escolástica; como coifa verde para o cabelo, chapéu de cairel, lenço de seda para o pescoço, véstia curta à inglesa, calções de camurça para montar, outros encarnados para o uso; botas de água com fivelas de prata para as correias; esporas de cutelaria, capote de alamares, talabarte à francesa, faca de mato para a algibeira, espada curta e larga, vestido de crepe, gorra de lemiste, relógio de algibeira, a bolsa vazia; e com estes excelentes aprestos vos armei estudante de Coimbra, tratante fidalgo.»⁷²

As páginas anteriores contêm condensadamente um quadro da vida estudantil no século XVIII, mais precisamente, na sua segunda metade.

Ter-se-á reparado que nesse quadro há um grande vazio, a ausência de tudo (ou quase tudo) o que diz respeito à actividade que justifica a situação de estudante: a vida de estudo, a aprendizagem formalmente institucionalizada.

É certo que nos textos do *PM* há referências de passagem e referências por contraponto.

Estes envolvem, como pudemos ver pelos últimos exemplos apresentados, atitudes de dois tipos: uma que assume (penso que ironicamente) a vida de estudo como inútil e quase desprezível; outra que lamenta o abandono a que ela é votada e verbera hábitos que impedem que ela seja tomada seriamente.

Num texto de 1788, intitulado «O sábio em mês e meio», os conselhos que são dados são *para parecer* sábio (pois que para sê-lo são precisos muitos anos...). Chama o autor ao conjunto dos seus conselhos «ciência impositório-ridícula que às bandeiras despregadas estabeleceu o seu trono no meio das gentes, para chacota dos sábios e engodo dos ignorantes e mentecaptos, [...]»⁷³. Sugere-se aí que a ciência que a Universidade, nos seus mestres e bons alunos, transmitia era pura aparência e residia mais nos modos e acções exteriores que no verdadeiro saber.

Eis o (aparente) sábio coimbrão (mestre ou aluno) que o autor retrata em alguns dos seus modos e acções exteriores, sob a forma de conselho ao seu interlocutor, futuro estudante de Coimbra:

«1.º [...] Andar muito teso e circunspecto, em marcha de procissão, e assim a modo de abstracto. 2.º Parar quando for por uma rua e voltar para trás, como que chegou ali por um acto de alma, que chamamos andar à razão de juro. 3.º Quando falarem com Vossa Mercê, soltar suas respostas *ad Ephesios*, assim como quem estava além de Évora três semanas. 4.º Não deixar sossegar a sua servente, já com livros para

⁷² *PM*, p. 164.

⁷³ *Ibid.*, p. 362.

fora, já com livros para dentro. 5.º Três dias cada semana frequentar as lojas dos livreiros, e serem destas em que melhor se vê quem está de dentro. 6.º Não entrar em bilhares, pois é incompatível afectar de sábio, e por consequência de estudioso, e gastar o tempo em semelhantes ninharias. 7.º Não entrar em botequins; porque o verdadeiro Café dos Sábios é a leitura dos seus livros, aos quais já houve quem chamasse os seus boizinhos, expressão digna de um tal cultor dos campos da literatura. 8.º Não entrar em rifas de trastes que sirvam só para adorno; salvo um relógio, um jogo de livros e um anel; porque um marca as horas do estudo, o outro é insígnia do sábio e os livros as suas armas. 9.º Trazer luneta de vidro largo, com aros de prata e caixa de madre-pérola, sob pena de lhe serem inúteis os documentos acima.»⁷⁴

As próprias preferências no campo dos estudos não imporiam mais que certos indicativos exteriores. Referindo o aparente, e pouco mais que aparente, prestígio de que então⁷⁵ se revestiam as ciências naturais, isto é, ao tempo a chamada *filosofia natural*, diz-se que, para manifestar o interesse por tais matérias, bastaria «ter em casa alguns gafanhotos, borboletas, petrificados, etc.».

Sob este tom bem humorado e irónico, é evidente a intenção crítica às condições pedagógicas, o que supõe um desejo de reforma dos estudos muito apropriado ao segundo tipo de atitude que acima indiquei.

Do mesmo tipo parece ser a referência feita aos sopistas⁷⁶, aos quais se atribui merecimento, apesar dos termos um tanto ambíguos com que deles se fala, chamando-lhes «pingões de capa a rastos», sobre os quais se acrescenta que «se aplicam e cuidam mais de arranjar as suas ideias do que os seus cabelos»⁷⁷.

Porém, quando o mesmo autor escreve: «No caso, como eu espero, que não se dê ao estudo da sua faculdade, diga à boca cheia que o seu feitiço são belas-letras, ciências que encantam o espírito e encantam os cinco sentidos; que tudo o mais são palhadas, petas, subtilezas de homens melancólicos», parece aí encontrar-se com os que nem sequer se preocupam em parecer sábios, segundo as normas escolares dominantes, que o autor ironicamente critica na maior parte do seu texto.

Reflecte uma atitude do primeiro tipo (que não é certamente a do autor, mas a que ele pretende retratar de outros) uma passagem de outro texto, em que os estudiosos são apresentados como desprezíveis pela sua indigência e triste figura, sendo aconselhado não os imitar ao dizer: «[...] nem cuideis que é meu intento dizer-vos que andeis em trajos de coruja fazendo carinhas de esfomeados, frequentando as lojas dos senhores lentes ou as portarias dos frades, feito milhafre de caldo frio ou gavião dos motreques da broa [...]», acrescentando-se, numa intuição notável das razões sociais de

⁷⁴ PM, pp. 355-356.

⁷⁵ O texto é de 1788, de uma época em que já era possível avaliar que os esforços de promoção das ciências naturais que a reforma pombalina tinha desenvolvido não haviam alcançado o seu objectivo, para o que muito terão contribuído as desfavoráveis condições criadas pela recuperação do poder das forças sociais e culturais contra que o projecto pombalino se tinha, em grande parte, constituído.

⁷⁶ Sopistas eram estudantes pobres que viviam de esmolas, que procuravam, nomeadamente, nas casas das ordens religiosas. (Ver T. Braga, *op. cit.*, vol. I, pp. 152-153.)

⁷⁷ PM, pp. 359-360.

um e outro modo de vida escolástica: «[...] porque este modo de vida é para aqueles que não consentem ociosidade, nem recusam trabalhos pelo amor das letras, mas está hoje o mundo de sorte que estes são os desprezados e os ociosos os aplaudidos; e assim não vos convém esta vida: porque, segundo o tratamento, vos deveis portar nobre e afidalgado.»⁷⁸

Ou porque o ensino na Universidade estivesse em profunda decadência⁷⁹ e/ou porque entre os estudantes fosse dominante um modelo de vida académica em afinidade com os valores da classe de origem de uma parte deles, a verdade é que a vida dos estudantes (na sua maioria) deveria ser a grande *Cábula*, vida airada do estudante que não estuda, numa expressão mais tarde consagrada, de resto mais sintética e especializada que outra que também se usará — *Boémia*.

É esta realidade que quer R. Sanches quer Verney apontam e asperamente criticam nas suas obras pedagógicas. É essa mesma realidade que D. Francisco de Lemos refere ao falar do estado da Universidade e dos costumes académicos antes da reforma pombalina: «Se todo o ensino público se tinha reduzido a uma mera formalidade [...]; se os estudantes não frequentavam as aulas e nem eram a isso obrigados; se a vida académica se passava em ócio; se o ministério da palavra estava em profundo silêncio; se não havia disciplina para inspirar e fortificar nos ânimos a probidade interna; se o mesmo sistema fundamental do governo académico se achava arruinado [...]: como se podia esperar que os costumes dos estudantes fossem todos louváveis, probos e castos?»⁸⁰

Mesmo referindo-se aos tempos posteriores à reforma, não pode o então reitor-reformador deixar de reconhecer (ao contrário do que gostaria, pois se tratava, através do seu relatório, de defender a nova reforma, tão atacada após a morte de D. José) a dificuldade em manter uma disciplina rigorosa sobre os estudantes, apesar das medidas já tomadas. Pelas suas próprias palavras é dito que «não podiam haver cautelas humanas que segurassem inteiro o depósito dos costumes da mocidade», acrescentando que «não seria assim, se na Universidade de Coimbra houvesse a mesma providência que há em muitas universidades estrangeiras, onde toda a mocidade está disposta pelos colégios e vive debaixo de certa regra»⁸¹.

Sujeita aos ventos da Viradeira, a Universidade não melhora.

⁷⁸ *PM*, pp. 169-170.

⁷⁹ Uma análise da vida académica não pode deixar de ter em conta as diferentes formas de decadência pedagógica que a Universidade terá experimentado. As condições de antes e de depois da reforma pombalina não são obviamente as mesmas, o que não significa que elas não fossem igualmente más, se se tiver em conta o estado geral do desenvolvimento científico e cultural exterior à Universidade e ao País. Falar, pois, em decadência, como acima falo, sem qualquer localização histórica, no interior do século XVIII, só é aceitável por se tratar, por agora, apenas de uma abordagem preliminar de certos aspectos da vida académica.

⁸⁰ D. Francisco de Lemos, *op. cit.*, p. 129.

⁸¹ *Id.*, *ibid.*, p. 134. Mal suspeitaria o reitor que a vida idílica de paz e de ordem que ele supunha existir nessas universidades era em grande parte ilusão e que, nomeadamente, os costumes dos estudantes ingleses de Oxford e de Cambridge, pela mesma época, não eram muito mais edificantes que os dos estudantes portugueses. D. Francisco de Lemos considerava apenas um aspecto da organização institucional, não vendo a importância de factores de outra natureza, como os de ordem cultural e social globais. (Ver a este propósito Sheldon Rothblatt, *op. cit.* pp. 247-252.)

A reacção contra as reformas pombalinas exercia-se dentro e fora dela. É demitido o reitor D. Francisco de Lemos e substituído pelo principal Mendonça, zeloso instrumento de uma política de perseguição e sufocante censura contra as novas doutrinas que no campo científico a reforma pombalina pretendia difundir. Sob o seu governo acentuam-se os males, quer quanto às condições pedagógicas, quer quanto à indisciplina dos estudantes.

É durante o seu reitorado que surge, em 1784, como folheto anónimo, o poema satírico *O Reino da Estupidez*, que, da autoria de um estudante de Medicina, Francisco de Melo Franco, perseguido e condenado pela Inquisição por enciclopedista, retrata ferozmente o lamentável estado mental dos quadros docentes.

Nestas condições, continua a vicejar a *cábula*. Era ela, a vida de não estudo, que permitia todos aqueles usos e costumes estudantis que vimos, era ela própria a lei académica de então.

Nas suas memórias conta um ex-estudante a forma como viveu no seu primeiro ano em Coimbra e em grande parte dos seguintes, expressiva amostra do que então seria dominante:

«[...] assim mesmo ia eu indo de função em função sem nunca me lembrar de coisa de estudo, à excepção de algum bocado de história e de algumas novelas de gosto, [...]. Outeiros em Larvão, fonsonetas em Sendelgas, passeios às Torres, patuscadas no rio, eram os objectos da minha aplicação e as heróicas proezas para que nunca deixei de ser convidado, vindo a ser o corifeu destas caravanas.»⁸²

3. DA CÁBULA À BOÉMIA

Na generalidade, a *cábula*, com o seu cortejo de hábitos próprios, mantém-se durante largos tempos como título de nobreza do considerado estudante coimbrão de pura estirpe.

Relativamente à segunda metade do século XIX há, no entanto, alterações que, se bem que algumas delas sejam de pormenor, não são de desprezar pela influência que manifestam de mudanças operadas no exterior e no interior da Universidade.

Por exemplo, e começando pelas menos relevantes, de *rifas* já se não fala em textos do século XIX.

De *cheirar tabaco* passa-se a *fumá-lo*. Nos finais do século XIX, o *charuto* é o que está na moda.

O *comer doces*, tantas vezes referido no *PM*, deixou a certa altura de ser mencionado. Se bem que o *manjar-branco* de Celas seja durante muito tempo referido, sê-lo-á provavelmente mais por efeito de reflexo de textos mais antigos do que por efectivamente ser ainda uso muito frequente, pelo

⁸² F. Manuel Gomes da Silveira Malhão, *Vida e Feitos de [...] Escrita por Ele Mesmo*, Lisboa, Typ. de I. F. M. de Campos, 1824, 4 vols., vol. I, p. 157.

Autor de, pelo menos, dois textos do *PM* — «O sábio em mês e meio» (1788) e «Economia escolástica» (1789) —, é ele próprio um caso típico de estudante vivendo de expedientes, mercê dos seus dotes para a música, dança e poesia. É protegido por colegas abastados e quase sempre nobres, como é o caso do seu mais constante protector, D. José de Almeida, da Casa Lavradio.

menos a acreditar num texto de 1863, no qual a mudança é assinalada: «Chegaram a Celas e pediram *manjar branco*. Era antigamente um dos divertimentos nas tardes bonitas: hoje bebe-se *punch e cognac* [...]»⁸³

Os locais de encontro ou de romagem também mudam. Do *Eco* já não se fala no século XIX. Os *Penedos da Meditação* e da *Saudade* são agora os eleitos como lugares poéticos e o último virá a fazer parte dos lugares sagrados que se mantiveram até aos nossos dias. A *Lapa dos Esteios* é também, como lugar de romagem poética, uma inovação do século XIX⁸⁴.

De *jogo e botequins*, ou, mais tarde, mais propriamente de *cafés*, fala-se durante muito tempo. Mas o jogo já não é um meio para arranjar dinheiro, defraudando camaradas, e aos cafés vem a associar-se o *cavaco*⁸⁵, as longas conversas sobre temas que variam, mas que, sobretudo a partir do meio do século, serão quase sempre ideias, ideais literários, filosóficos, políticos.

É ao *cavaco* que Eça alude quando elogia as altas qualidades de Antero como conversador: «Essa luminosa palavra de Antero era uma das suas magníficas forças de atracção. Ninguém jamais possuiu um Verbo de tanta solidez, harmonia, finura e brilho [...]. Foi um dos encantos do nosso tempo ouvir conversar Antero. Em Coimbra, a sua veia vibrava em pleno esplendor. Era uma lira [...] em que não interessava e deslumbrava menos que as outras a corda de bronze do sarcasmo. Sarcasmo que nada encerrava de triste ou de amargo [...] Os seus ditos abriam, através da sua geração, grandes sulcos luminosos e puros.»⁸⁶

As grandes *comesainas* não desaparecem, o *vinho* continua a ser bem bebido. As *ceias de peixe frito* são celebradas e são também ocasião de sublimes discussões. Eça de Queirós fala delas repetidas vezes: «Mas o ideal nunca o dispensávamos, e nem as sardinhas assadas das tias Camelas nos saberiam bem se não lhes juntássemos, como um sal divino, migalhas de metafísica e de estética. A pândega mesmo era idealista. Ao segundo ou terceiro decilitro de carrascão rompiam os versos.»⁸⁷

Nas *desordens*, os estudantes não desarmam: isto é, continuam a provocá-las (ainda que, na maior parte dos casos, sem o carácter tão vivamente criminal que antes tinham) e a usar *armas*: *pistolas* (não tanto espadas), *punhais*, *mocas*, etc. E a *valentia*, a *força*, são qualidades prezadas.

Eça, ao falar de Antero quando estudante em Coimbra, depois de lhe citar os aspectos sérios, a importância do seu papel na renovação cultural de que a geração de 70 foi protagonista, o seu papel crítico na Universidade dos anos 60, governada por um reitor rígido e autoritário, recheada de

⁸³ Ver A. M. da Cunha Belém, *Scenas Contemporaneas da Vida Académica, Quasi-Romance da Actualidade*, Lisboa, Livraria Central, 1863, p. 195.

⁸⁴ Bastante deve ter contribuído para a consagração do lugar a digressão que em 1822 aí fizeram os irmãos Castilho e outros poetas, celebrando, primeiro, as festas da Primavera e, depois, a de Maio.

Mais tarde, em 1844, é a vez de o grupo do *Trovador* (João de Lemos, entre outros) realizar aí o seu passeio poético.

O próprio Castilho lá volta em 1862 em romagem de saudade, a colher os louros do seu sucesso.

⁸⁵ R. Veloso, ao escrever em 1863, considera ingenuamente o *cavaco* como traço típico dos estudantes de Coimbra, ao dizer que este «entre nós dá-se apenas em Coimbra», esquecendo que se trata de um hábito comum a todas as boémias mais ou menos literárias. (Ver R. Veloso, *op. cit.*, p. 5.)

⁸⁶ Eça de Queirós, «Um génio que era um santo», in *Notas Contemporâneas*, 4.ª ed., Lisboa, Livros do Brasil, s. d., p. 261.

⁸⁷ Id., *ibid.*, p. 256.

«lentes ainda do antigo tipo fradesco e bruto», parece sentir-se obrigado a referir, para que a imagem do seu amigo se não confunda com a de um frágil e delicado intelectual, as qualidades que podiam fazê-lo alinhar com os caracterizados boémios do seu tempo: «Antero foi, na sua mocidade, um magnífico varão. Airoso e leve, marchava léguas, em rijas caminhadas que se alongavam até à mata do Buçaco: com a mão seca e fina, de velha raça, levantava pesos que me faziam gemer a mim, ranger todo, só de o contemplar na façanha: jogando o sabre para se adestrar, tinha ímpetos de Roldão, os amigos rolavam pelas escadas, ante o seu imenso sabre de pau, como mouros desbaratados: — e em brigas que fossem justas, o seu murro era triunfal [...] No Garrano, nas Camelas, um prato com três dúzias de sardinhas e uma canada de 'tinto' não o assustavam, nem lhe pesavam. Pelo contrário!»⁸⁸

Também Ramalho Ortigão, numas *Farpas* de Abril de 1878, realça o valor da valentia ao falar de um processo disciplinar movido a uns estudantes que tinham jogado «o pugilato com um ou mais futricas nas ruas de Coimbra», caso em que as autoridades académicas, na sua opinião, pela forma como tinham procedido, estariam favorecendo o entibramento da juventude: «Se a Universidade tem o intento de educar os seus bacharéis para sevandijas ou para freiras, a Universidade faz bem prosseguindo no velho sistema tendo por fim levar o estudante que queira concluir honrosamente os seus estudos a proceder diante das ameaças da força alheia por um destes dois modos: fugindo ou apanhando.

Se, porém, a Universidade quer fazer verdadeiros homens e verdadeiros cidadãos, a Universidade andaria melhor abstendo-se de uma vez para sempre da instrução de processos ridiculamente pueris, requerendo das Cortes a reforma dos seus regulamentos disciplinares, prescindindo de atrofiar no coração da mocidade, com um regime fradesco, os sentimentos naturais de valor e de brio [...]»⁸⁹

O viver de expedientes, comendo e dormindo em casa deste e daquele, costume que teve um nome próprio — *andar à lebre* —, e o *prego* são abundantemente contados como usos estudantis até, pelo menos, finais do século. É esse o caso do famoso boémio Pad' Zé (alcunha de Alberto Costa), o qual, em fins do século XIX e inícios deste século, detém valorosamente a palma deste e doutros feitos assinalados⁹⁰.

⁸⁸ Eça de Queirós, *op. cit.*, p. 263.

⁸⁹ Ramalho Ortigão, *As Farpas*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 15 vols., vol. VIII, 1970, pp. 207-208.

⁹⁰ Ver, nomeadamente, D. Tomás de Noronha, *De Capa e Batina. O Pad' Zé. Ditos e Partidas do Grande Boémio*, Lisboa, J. Rodrigues e C.^a, 1928, e Alberto Costa (ex-Pad' Zé), *O Livro do Doutor Assis*, Lisboa, Livraria Clássica de A. M. Teixeira e C.^a, 1905.

É de referir que à boémia o autor aliava um razoável sentido crítico da situação universitária (coisas que por vezes vêm a par). A sua intenção nesta obra é, tal como é dito na introdução, relatar e criticar, não apenas um mestre (O Dr. Assis), mas toda a Universidade:

«O Doutor Assis é, relativamente ao primeiro estabelecimento científico do País, uma síntese, um símbolo, alguma coisa de vago e imponderável, imanente na organização e funcionamento da nossa Universidade.

Aprouve ao autor designar pelo nome de Doutor Assis a figura que criou; podia ter-lhe ao acaso escolhido outra denominação: [...]

De resto, quem não verá no Doutor Assis uma personagem de fantasia, atenta a impossibilidade de se reunirem num só homem todas as qualidades

A *poesia* também continuou, mas o seu estatuto alterou-se. É certo que Coimbra veio sempre produzindo em quantidades substanciais poetas de todo o calibre e de todo o estilo, com predominância do estilo ultra-romântico, mesmo quando os tempos já não eram para tal. Mas é também verdade que nela (mas não provavelmente por ela) se geraram dos maiores poetas portugueses do século XIX. Basta pensar em Antero, na Questão Coimbrã⁹¹ e na importância que tiveram na renovação da poesia em Portugal, para compreender que jamais a poesia poderia ser apenas uma «prenda», uma pecha lamentável. E porque às novas formas de poesia se associava um profundo debater e renovar de ideias nos mais diversos campos, a força desse movimento cultural mais amplo, que veio a tomar corpo na obra produzida depois pela geração de 70, acabou por consolidar, pelo menos por um tempo, a poesia de Coimbra no seu novo lugar, revestida do prestígio de uma prática cultural consagrada.

Na *música*, as mudanças foram mais formais. As *flautas*, as *rabecas*, desapareceram com a *música francesa e italiana*⁹² e surgiram *violas* e *guitarras* e o *fado-balada*, que chegou até ao presente.

Abre-se, por outro lado, um novo capítulo de usos, acompanhados da formação de novo vocabulário, que dizem respeito à vida escolar, práticas

e predicados que exornam o herói deste volume e que nas suas páginas o Leitor vai encontrar claramente revelados?

Numa palavra, pois, o Doutor Assis é a Universidade.

E o que é — inquirirás, leitor amigo — a Universidade?

A tua natural curiosidade responderemos: a Universidade é o Doutor Assis. Estas duas entidades definem-se uma pela outra, porque aquele estabelecimento representa com efeito o Doutor Assis em grande, e este último não é mais do que a Universidade em síntese. Injustamente pode verberar-se o Doutor Assis de gastar uma aula inteira na investigação do lugar que, em relação umas às outras, ocupam no orçamento as suas partes inicial, central e final.

Injustamente! Antes que o paciente bacharelando esgote o entendimento nestas lucubrações profundas, já antes, noutras aulas, há-de ter averiguado e declarado peremptoriamente se o homem que nasce morto nasce ou não nasce e se um cavalo é ou não é homem, visto merecer a protecção da lei civil; há-de ter caracterizado o ser humano como a tecla mais afinada do piano do universo; há-de saber discutir se as águas correntes são ou não imóveis e se o direito é uma ciência ou não será antes uma arte. [...]

A feição pedagógica do Doutor Assis — o protagonista deste livro — representa portanto o *subtractum* das mais notáveis qualidades que abrilhantam a maioria do professorado do nosso primeiro estabelecimento de ensino superior — maioria que é, como ele também, subtil e profunda em seus dizeres, conforme vo-lo demonstrarão as páginas seguintes.» (Alberto Costa [ex-Pad' Zé], *op. cit.*, pp. XII-XIV.)

⁹¹ Claro que, em suas épocas, outros poetas contribuíram para a transformação da forma como a poesia era encarada e praticada: Garrett e Castilho na primeira geração romântica; João de Deus nos anos 50; Junqueiro e Gonçalves Crespo já perto dos anos 70.

⁹² Uma referência já da segunda metade do século XIX ainda dá conta da música praticada pelos estudantes com os antigos instrumentos de mistura com novos, executando-se algumas árias da Traviata:

«Seriam onze horas! ouviram-se as harmonias de um acordeão, duas rabecas, uma flauta e três ou quatro violões com que os estudantes percorriam as ruas: a noite estava linda [...]: os tocadores executavam divinamente a ária final da *Traviata*.» (A. M. Cunha Belém, *op. cit.*, p. 133.)

que antes da reforma pombalina não podiam existir, pois decorrem das inovações pedagógicas que esta implantou⁹³.

A reforma de 1772 estabeleceu o regime de frequência obrigatória às aulas e a chamada à lição, a sabatina, entre outros exercícios escolares. Daí surgiram os truques de *jogar de porta*, isto é, entrar na aula durante a chamada para não apanhar falta, sair depois disfarçadamente atrás do bedel; e o de *meter farpa*, isto é, pedir dispensa da lição ao lente com um bilhete alegando doença ou outro motivo aceitável. A *cólica* apertava, quando a lição não estava preparada, até à altura da chamada à lição, se se ficava livre, ou durante ela, se o azar o fizesse ser escolhido. Era então um *estenderete* certo. *Andavam à corda* aqueles que o professor tardava em chamar e que assim arrastavam em aulas sucessivas a angústia de ver chegar a sua vez.

Por outro lado, a reforma pombalina impunha aos lentes a obrigação de elaborar compêndios sobre as matérias que tinham a seu cargo. Mas eram raros os que a cumpriam. Assim, na sua falta, nas Faculdades de Teologia, Cânones e Leis (depois de 1836, Direito) imperava a *sebenta*, cuja antecessora era a postila ou comentário dos lentes às doutrinas e autores ensinados. São inúmeras as crônicas que falam dela como elemento de atrofia mental para o estudante e manifestação do carácter rotineiro e opressor do ensino dos lentes⁹⁴.

O *Centenário da Sebenta*, organizado em 1899 por um grupo de estudantes, foi ocasião para uma crítica a este componente da pedagogia oficial e aos lentes que a sustentavam, fingindo alguns repudiá-la⁹⁵, crítica

⁹³ Tal como foi atrás referido, já antes existiam costumes relacionados com a vida escolar propriamente dita, como o *fazer parede*, isto é, fazer greve e impedir a entrada nas aulas dos que pretendiam assistir; as *pateadas*, cuja aplicação parece ter sido variada. Serviria provavelmente para mostrar desagrado, mas também era forma de aplauso, quando alguém estranho à Universidade visitava a sala de aula.

Foi este costume que surpreendeu desagradavelmente e irritou o rei D. Sebastião quando, em 1570, visitou Coimbra. Só ao ser-lhe explicado o significado desse comportamento o rei acalmou.

Verney também o refere para o lamentar vivamente:

«Uma pessoa que não é do grémio da Universidade não pode entrar nela; e nem menos um estudante de uma escola pode entrar em outra. Quando aparece um secular, fazem-lhe mil insolências: começam a raspar os pés, asso-biar, e às vezes a maltratá-lo [...]» (Verney, *op. cit.*, citado por T. Braga, *op. cit.*, vol. III, p. 192.)

⁹⁴ Ver, a este propósito e entre outros, T. Braga, *op. cit.*, vol. III, pp. 700-701; R. Veloso, *op. cit.*, p. 28; Alfredo de Pratt, *op. cit.*, p. 163; Alberto Costa, *op. cit.*

⁹⁵ Havia os que a queriam reproduzida literalmente e os que, num arremedo de exigência de originalidade e iniciativa da parte do estudante, reclamavam o contrário. Exemplo anedótico deste último caso era o do Dr. Assis, celebrado pelo livro já citado de Alberto Costa, no episódio seguinte:

«O Doutor Assis sentou-se na cátedra, ajeitou a capa num daqueles seus gestos largos, ponderados, próprios das pessoas senhoras de si e fortes no seu saber. Abriu a caderneta ao acaso e chamou solenemente, calcando bem as sílabas:

— O Senhor Fulano de Tal.

Fulano era, por acaso, um estudante seguro, que decorava linha a linha e vomitava vertiginosamente a indefinida série de datas de leis, portarias, decretos, de que nesse dia se compunha exclusivamente a lição. O curso assom-

entre satírica e benevolmente risonha, a única que os mestres toleravam.

A *troça* (em sentido genérico) aos lentes, aos camaradas, aos futricas, que já existia, parece florescer na segunda metade do século, principalmente nos dois últimos decénios. É o que nos fazem crer os multiplicados exemplos que se encontram, quer nas obras publicadas nesse período, quer nas que a ele se referem⁹⁶.

Surgem ou ressurgem⁹⁷ *festas académicas*, marcando o final do ano lectivo: as *latadas* (que marcavam igualmente a passagem do *novato-animal* a *homem*, não sem que antes fizesse de momo carregado de latas e fosse toureado); as *queimas de fitas*, que ainda não tinham a forma que no século XX vêm a ter, constituindo cartaz turístico do folclore coimbrão. Estas últimas, bem como os *cumprimentos aos lentes* dos finalistas de Medicina, os quais, por serem em número reduzido, faziam os últimos actos no mesmo dia, tornando essa cerimónia uma cerimónia colectiva, e, ainda, mais tarde, as *récitas de quintanistas*, parecem-me constituir uma inovação, na medida em que, dentro dos costumes dos estudantes, predominantemente ligados à cábula e à estúrdia, celebram marcos na progressão (*queima*) ou finalização dos estudos.

Um outro facto novo e significativo de alterações nas condições de vida dos estudantes no século XIX é o dos indícios do *associacionismo estudantil*.

brava-se de tão prodigiosa memória. Assis ouviu, ouviu, impávido, imperturbável; e, terminada a lição, enquanto o rapaz, ofegante, limpava as bagas do suor que lhe escorriam na fronte, o mestre, entreaberto o lábio de oiro num sorriso desdenhoso, comentava apenas:

— É uma prova de servilismo intelectual, sabe?, o decorar-se *ipsis verbis* o que se encontra no livro. Pode sentar-se. Estimaria muito mais que me tivesse dito essas datas por palavras suas [...]» (Alberto Costa, *op. cit.*, pp. 257-258.)

Ver referências ao Centenário da Sebenta em: Alfredo de Pratt, *op. cit.*, pp. 169-196; Trindade Coelho, *op. cit.*; João Elói, *Boémia Coimbrã*, Vila Nova de Famalicão, s. e., 1938, pp. 95-108.

⁹⁶ Só uma análise mais demorada do material poderá permitir afirmar se se trata de uma intensificação do facto ou de um efeito decorrente do próprio material. Por um lado, este é mais abundante para épocas mais recentes; por outro lado, no entanto, os seus conteúdos tendem a ser fortemente imitativos de escritos anteriores do mesmo género, o que nos deixa por enquanto na dúvida.

⁹⁷ Segundo a informação de que disponho, este surgimento ou ressurgimento dataria da segunda metade do século XIX. Pelo menos, pelas fontes que consultei, é a partir dessa altura que se começa a falar de *latadas* e de *queimas*. Na opinião de T. Braga, as *latadas* seriam as representantes no século XIX das antigas *soiças* medievais, proibidas em 1541:

«Em carta régia de 4 de Julho de 1541 proibem-se as *soiças* dos estudantes: 'quanto à *soiça* muito custosa que alguns estudantes este ano fizeram de que vos escandalizastes por não ser coisa de estudantes, hei por bem, havendo respeito ao que dizeis que se não faça mais e vós lhe defendei'. Pela época da proibição se infere que a *soiça* seria o divertimento por ocasião do ponto, que ainda hoje se pratica, e a que se dá o nome de *tocar as latas*.» (Teófilo Braga, *op. cit.*, vol. I, p. 478.)

Depois de algumas tentativas na primeira década do século ⁹⁸, e após a vitória liberal, um grupo de estudantes funda, em 1836, uma sociedade — a Academia Dramática —, cuja finalidade era promover a realização de espectáculos teatrais. A primeira obra levada à cena foi o drama de Garret *Catão*, que já ocasionalmente tinha sido representada no ano anterior.

Os estatutos são publicados em 1837, mas, no ano seguinte, dissidências entre os seus membros fazem que dela saia um grupo que vai criar a *Nova Academia Dramática*.

Desta nova sociedade faziam parte, não só estudantes, mas também professores e doutores.

Os seus estatutos são aprovados em 1840, organizando-se ela em três conservatórios ou institutos: dramático, de música e de pintura. Passados alguns anos (em 1849), a associação toma o nome de *Academia Dramática de Coimbra*, reunindo-se os três institutos num só — o *Instituto* —, que se torna parcialmente independente da Academia Dramática, vindo a sê-lo totalmente em 1851 e com estatutos próprios em 1852.

Esta nova associação passou então a ser formada pelos membros não estudantes da Academia Dramática. Ainda hoje existe. Publicou a partir de 1852 uma revista — *O Instituto* —, um caso raro de persistência, pois regularmente se manteve até há bem pouco tempo.

É da fusão da *Academia Dramática de Coimbra* com o *Clube Académico*, entretanto criado em 1861, que vem a constituir-se, em 1887, a *Associação Académica de Coimbra*, a qual, através dos altos e baixos da sua história, constitui o núcleo da Associação Académica actual.

Por meados do século XIX, outras sociedades se formaram com diversos objectivos.

Uma delas foi a *Sociedade Filantrópico-Académica*, com a intenção de ajudar os estudantes pobres no prosseguimento dos seus estudos.

Outra, denunciando a difusão entre os estudantes de novas ideologias político-sociais, é a *Sociedade de Instrução dos Operários*, criada em 1851, com o objectivo que a sua própria apelação exprime. É de notar que através desta iniciativa se instaura, talvez pela primeira vez, um clima de cordialidade entre os estudantes e a população de Coimbra — os futricas.

Foi paz que não chegou a durar muito. A actividade da Sociedade suspende-se e a causa próxima parece estar num célebre conflito entre os dois tradicionais contendores, no Carnaval de 1854, o qual ficou na história dos incidentes académicos com o nome de *Entrudada*. Ruíram, por então, as boas intenções dos fundadores e colaboradores da Sociedade, chegando-se a formar, em contraponto, uma espécie de sociedade secreta — a *Liga Académica* —, cujo fim era «sustentar o afastamento de todas as relações dos estudantes com os *filhotes* da terra, fazer a ronda nocturna pela cidade para a protecção dos estudantes e organizar uma cooperativa de consumo, em que por conta dos associados mandassem vir de fora de Coimbra os géneros alimentícios» ⁹⁹.

⁹⁸ Uma delas, em 1817-18, é devida à iniciativa de Garrett, que chegou a criar um teatro chamado «da Rua dos Coutinhos», para o qual escreveu duas tragédias: *Lucrecia* e *Xerxes*. Foi de curta duração esta experiência. (Ver T. Braga, *op. cit.*, vol. IV, pp. 471-472; Henrique Bastos, *A Vida do Estudante de Coimbra (Antiga e Moderna)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920, pp. 48-53.)

⁹⁹ T. Braga, *op. cit.*, vol. IV, p. 472.

É também à roda dos anos 40 do século passado que começa a surgir, em volume significativo, a *imprensa estudantil*, ou, melhor dito, feita por estudantes. Aparecem revistas de vários tipos (sobretudo literários, mas também as há humorísticas, confessionais e, mais para o fim do século, políticas), cuja existência, excepto três ou quatro casos, é geralmente efémera ¹⁰⁰.

Longe de se poder considerar completo este quadro da situação académica no século XIX, contém ele, no entanto, indicações suficientes para esboçar o confronto com o quadro relativo ao século XVIII.

Foi dito mais acima que, na generalidade, a *cábula*, que caracteriza a vida estudantil no século XVIII, se manteve durante largos tempos.

A informação recolhida referente à segunda metade do século XIX obriga-nos a precisar melhor os limites desta afirmação.

Ainda que se possa verificar a existência de muitas semelhanças entre uma e outra situação, elas são sobretudo pontuais e não impedem que globalmente se encontrem diferenças significativas.

Se é certo que muitos dos traços característicos da vida académica do século XVIII como o *jogo*, as *desordens*, o culto das *valentias*, as *ceias bem regadas*, o *prego*, parecem sobreviver, eles deixam, contudo, de constituir o elemento praticamente exclusivo da definição da condição estudantil, para aparecerem articulados a práticas de outra natureza. Nomeadamente, a prática escolar passa a constituir uma referência importante, ainda que seja sob a forma de um alvo de críticas violentas e irónicas.

Quando o professor é troçado, retratado no seu ridículo ou na sua incompetência; quando o bom aluno é posto a fazer figura de *urso*, isto é, pesado, bronco, subserviente, «papagaio real da caderneta»; quando é aplaudida a bravata do estudante vivaço que consegue desconcertar o lente, é já a presença da instituição escolar nas suas funções manifestas que é reconhecida, e não pura e simplesmente ignorada, como anteriormente, na maior parte dos casos, sucedia.

Já não é tanto da *cábula*, como definição negativa total da vida escolar, que se pode falar, mas sim da *boémia*, como forma complementar e envolvente da vida de estudo.

Esta é uma alteração fundamental que está para além da mera avaliação externa da manutenção, supressão ou inovação dos costumes estudantis. A verdade é que muitos deles se mantêm, mas, articulados em diferentes modelos da vida académica, correspondendo a condições histórico-sociais diferentes da Universidade, vão sofrendo variações no seu significado e na sua função.

Se esta alteração se centra aqui numa nova importância dada ao estudo, ainda que sob a forma do distanciamento irónico, é claro que ela se não produz isoladamente, e com ela muitas outras se verificam, como o quadro atrás esboçado já deixa entrever.

Em 1863, os estudantes começavam a chegar a Coimbra nos novíssimos comboios. Os burros iriam começar a desaparecer...

4. DE COSTUME A PRAXE

Independemente das razões históricas concretas que explicam a transformação das condições da vida académica ao longo do século XIX, o simples facto de a assinalar e de a caracterizar ao nível interno, mesmo de forma elementar, tem já a sua importância.

Apercebida essa transformação, em grande parte pelo confronto que foi possível estabelecer entre os dois quadros históricos, constituídos com informação tão objectiva quanto possível, é verdade que foi também o próprio discurso dos cronistas sobre a vida académica que alertou para esse facto.

A partir dos anos 60 do século XIX, sobretudo, tornam-se frequentes os comentários sobre as mudanças que na vida académica se estão a operar.

Se Eça de Queirós, entre outros, fala com entusiasmo do movimento de renovação cultural que no seu tempo de estudante — 1861-66 — se vivia em Coimbra, manifestando-se em «torrentes de coisas novas, ideias, sistemas, formas, sentimentos, interesses humanitários» que «pelos caminhos-de-ferro, que tinham aberto a Península, rompiam cada dia, descendo da França e da Alemanha»¹⁰¹, criticando ao mesmo tempo a instituição universitária, que, no «seu autoritarismo», anulava «toda a liberdade e resistência moral» e, no «seu literalismo», representado na horrenda sebenta, na exigência do *ipsis verbis*, bem mostrava que para ela «toda a criação intelectual é daninha», dominantes são, nesta época e para diante, os comentários que lamentam saudosisticamente o desaparecimento das antigas condições de vida dos estudantes.

Rodrigo Veloso, escrevendo em 1863, queixa-se de ter chegado à Universidade «em tempos tão charros», em que se não faz mais que «assistir ao último acto — acto sem animação e sem vida, destoando completamente com os primeiros — desta comédia académica». Ele considera que a vida académica está «de dia para dia tomando um carácter sério e burguês», que a «generalidade» dos estudantes «vive vida sem sabor e sem feições características».

Essa vida sem características é, segundo o autor, «a vida caríssima do mais burguês dos burgueses de entre os dois pólos» e a outra, a verdadeira, é a dos que «ainda prezam as gloriosas tradições legadas por vinte gerações de académicos», os que «conservam puros os hábitos e costumes antigos»¹⁰².

O que este grito de alarme manifesta — de falso alarme, aliás, pois que os costumes antigos, cujo desaparecimento tão lamentado é, vão continuar por muitos e bons tempos, conforme a informação reunida bem demonstra — é a consciência das transformações por que a Universidade vinha inevitavelmente a passar, na base da qual se forja, para largamente durar, uma atitude defensiva dos valores tradicionais da instituição.

Perante as várias ameaças de perda do seu monopólio sobre o ensino, concretizadas, em 1859, pela definitiva deslocação para Lisboa do órgão máximo da direcção do ensino e pela concorrência que ao longo do século XIX lhe vêm fazendo novos estabelecimentos de ensino superior, desde as primitivamente frágeis Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto até à fundação do Curso Superior de Letras, do Instituto de Agronomia

¹⁰¹ Eça de Queirós, *op. cit.*, pp. 254 e segs.

¹⁰² R. Veloso, *op. cit.*, p. 27.

e da Escola de Medicina Veterinária, passando pela séria concorrência da Escola Politécnica de Lisboa, a Universidade, a todos os seus níveis, sempre se defendeu, até à última, com o recurso aos seus privilégios tradicionais, tentando jogar habilmente com a polissemia do adjectivo que a si própria applicava, apresentando-se como o «primeiro estabelecimento científico do País».

Em última análise, é sempre ao argumento da sua dignidade ancestral, como fundamento da sua autonomia e capacidade, que, sob várias formas, recorre, quer para fazer anular a primeira reforma do ensino superior do regime liberal vitorioso, em 1835, a qual claramente tendia a subalternizá-la, quer para lutar até ao fim contra a criação da Escola Politécnica de Lisboa, em 1837, que acaba por surgir à sombra do Ministério da Guerra, para se furtar à zona de influência da Universidade, quer para protelar até 1866 a equiparação dos diplomas das Escolas Médicas de Lisboa e Porto aos da Faculdade de Medicina.

Tendo de aceitar inevitáveis reformas, nomeadamente a de 1836 e a de 1844, é sempre com a mesma lógica de limitação das transformações que o poder universitário intervém, tentando influir quer na elaboração das reformas, quer na sua aplicação, ao ponto de, em 1872, nas várias memórias históricas das diferentes Faculdades, comemorativas do centenário da reforma pombalina, e no próprio discurso do então reitor, visconde de Vila Maior, em sessão festiva, se poder declarar, de resto jubilosamente, que a reforma de 1772 é ainda o grande diploma orientador dos estudos da Universidade, concluindo o reitor pelo voto da sua continuidade para o futuro: «[...] devemos finalmente seguir a marcha indicada pelo espírito profundo e luminoso que brilha nos Estatutos de 1772, que é o verdadeiro espírito de progresso científico e de aperfeiçoamento moral, como convém à sociedade portuguesa.»¹⁰³

Mesmo descontando o entusiasmo devido à solene ocasião de um discurso comemorativo, as expressões aí estão no seu inequívoco significado.

Por outro lado, e ainda ao nível oficial, a resistência às mudanças também se manifesta na acalorada defesa da pompa exterior das cerimónias escolares e nas religiosas em que a Universidade participa. A conservação exterior aparece aqui como uma forma de garantia contra a ingerência externa, na linha de afirmação de uma originalidade própria. Vem neste sentido, por exemplo, o pedido de autorização, em 1858, para o porte das insígnias doutorais, pelos lentes e reitor, em qualquer acto solene público fora da Universidade, autorização que é concedida em diploma oficial, cujo texto, certamente redigido por um dos interessados, como era frequente, reflecte bem, numa das suas passagens, essa mentalidade conservadora ostentatória: «Considerando que as insígnias de que, *desde longa data*, se revestem os lentes da Universidade de Coimbra são incontestavelmente as mais apropriadas ao *carácter respeitável do primeiro corpo científico do País e à gravidade do magistério e da importante missão* que ele desempenha na sociedade; e que devem por isso ser preferidas em todos os actos públicos a quaisquer uniformes e distintivos, por mais ostentosos que pareçam: Hei por bem [...]»¹⁰⁴.

¹⁰³ Visconde de Vila Maior, «Discurso pronunciado pelo visconde de Vila Maior, por ocasião da festa comemorativa da reforma da Universidade», in *Annuário da Universidade de Coimbra* de 1872-73.

¹⁰⁴ T. Braga, *op. cit.*, vol. IV, p. 469, nota 1.

Não é de surpreender que, ao nível da subcultura estudantil, da consciência difusa das transformações que se vão processando, uma das quais, e não menor, seria uma certa alteração na composição social do próprio corpo estudantil, resulte, em consonância (não necessariamente procurada) com as reacções corporativas de conservação desenvolvidas pelos mestres, a formação de atitudes tendentes a defender e a manter os costumes que gerações académicas anteriores tinham praticado. Desenvolve-se ou reforça-se uma relação a um passado mitificado que funcionará como norma actual, como meio de conservação contra transformações mutiladoras de uma tradição original.

Ora é nestas condições que esta forma de utilização do costume (qualquer costume) faz dele uma *praxe*. Ele deixa de ser, como noutra situação seria, um mero elemento de identificação do grupo ou da instituição, para se transformar no reproduzidor deliberado dessa identidade. Dito de outro modo, um costume, uma prática, torna-se *praxe* quando às suas primitivas funções práctico-materiais ou simbólicas se sobrepõe uma função «deliberadamente» reprodutiva e integradora, produtora de uma coesão ameaçada.

A reconstrução do sistema de comportamentos e de condições de vida estudantil que resultou no quadro dos costumes estudantis no século XVIII atrás apresentado teve, nesta perspectiva, o interesse de deduzir à sua dimensão histórica própria, à sua contemporaneidade, um passado que, a partir de certa fase da vida académica, foi, por uma operação simbólica, cristalizado como sua essência original. Do mesmo modo e no mesmo movimento, os textos do *PM* sofreram uma alteração de estatuto: de textos da tradição sagrada que foram (são) para os praxistas, transformaram-se em úteis fontes de informação histórica.

Essa mesma reconstrução permitiu ver que certos costumes, que mais tarde vêm a constituir *praxe*, nomeadamente as práticas relativas aos caloiros, se enquadravam em estruturas de comportamento que integravam outros costumes, articulados uns e outros num conjunto, remetendo em termos de explicação para as condições de existência, internas e externas, da instituição escolar nessa época.

Daí que, sendo alguns, por hipótese, mais antigos, como é referenciado no caso das *investidas*, se revistam todos globalmente de um certo carácter de actualidade. «Ultimamente», «hoje», «no ano passado», são expressões usadas nos textos consultados, como marcas dessa actualidade, bem ao contrário do que viremos a encontrar nas crónicas da segunda metade do século XIX e posteriores.

Por outro lado, nunca, em textos do século XVIII, se refere mais sobre as práticas relativas aos caloiros do que o facto de elas serem muito antigas.

Nunca se diz, como, de resto, de nenhum outro costume, que sem elas a Universidade desaparecerá, se dissolverá a sua originalidade, como em tantos textos dos séculos XIX e XX se vem a verificar, tal como nessa letra de um fado bem conhecido sobre o famoso Hilário é dito:

O Hilário disse um dia
Ninguém mais será formado
Quando a velha Academia
Deixar de cantar o fado.

Na sua trivialidade, o que esta quadra exprime é a mesma atitude passadista e refractária a todas as transformações que já acima foi referenciada como estando na base da emergência da *praxe*.

Parece-me assim possível dizer-se que a aplicação do conceito de *praxe* se justifica, a partir do momento em que a consciência, explícita ou implícita, das transformações que, em maior ou menor grau, se vão impondo na vida estudantil determina a formação de uma posição ideológica prática de conservação dos valores e costumes tradicionais da instituição académica.

Por outro lado, esse momento parece situar-se a partir dos inícios da segunda metade do século XIX, não sendo certamente por acaso que é pela mesma altura que o termo *praxe* começa a ser utilizado no discurso académico ¹⁰⁶.

5. OS COSTUMES DA *PRAXE*

Resta tentar responder à questão que se prende com o facto de, dentre vários costumes estudantis, serem as práticas relativas aos caloiros as que constituem o suporte principal da *praxe* até aos seus finais.

A intenção de preservação do passado, como forma de manutenção de uma dada originalidade, defronta-se inevitavelmente com a impossibilidade de o refazer tal e qual. Dadas as transformações históricas verificadas, nem tudo é recriável. Daí se impor uma selecção que é resultado de um processo nem sempre deliberado e cujos critérios serão mais vezes implícitos que explícitos.

A existência da *praxe*, bem como, na sua vigência, a determinação de quais devem ser os costumes que a constituem, estão sujeitas ao jogo das forças sociais e culturais que, pelas suas estratégias total ou parcialmente divergentes, visam impor uma definição própria da instituição.

Neste sentido, a história da *praxe*, apesar do carácter conservador da sua função básica, é um nível importante de manifestação da dinâmica histórica da instituição escolar.

Nos seus inícios é possível que a *praxe* tendesse a apresentar-se em campo aberto, incluindo um maior número de costumes, com formas de codificação pouco elaboradas, ainda que, evidentemente, já seleccionadas

¹⁰⁶ Ainda que se conclua aqui por uma definição de *praxe* que fundamentalmente assenta em funções de conservação institucional, é importante não omitir que a selecção de elementos costumeiros, a ênfase em formas tradicionais codificadas, não impossibilitam necessariamente a sua aplicação com vista a objectivos diferentes ou mesmo contraditórios.

Em certas circunstâncias podem ser, e têm sido, accionados valores e usos tradicionais como veículo de intenções declaradamente inovadoras e progressistas.

Se há elementos da *praxe académica* cuja disponibilidade para esta transformação de conteúdo se pode considerar nula (por exemplo, na generalidade, os actos relativos aos caloiros, dada a relação de dominação do veterano sobre o caloiro que os sustenta), outros existem susceptíveis de a comportar. Tal foi o caso, por exemplo, da utilização das *latadas* e cortejos das *queimas de fitas*, nos anos 50 e 60 deste século, para lançar protestos e palavras de ordem que, ainda que, nalguns casos, sob a forma tradicional da defesa corporativa, tinham como alvo um poder político conservador e ditatorial, quer visassem os seus agentes próprios, quer os seus representantes na instituição académica.

em vista à função própria de manter a identidade tradicional. É de notar, no entanto, que desde logo é às práticas relativas aos caloiros, isto é, a uma certa forma de relações entre novatos e veteranos, que se atribui um valor significativo como expressão de tradição. Lamentando o desaparecimento (pseudodesaparecimento...) do caloiro, é dito que alguém «andou não há muito à cata de um caloiro [...] e apenas achou a tradição rezando-lhe dessa antiga raça como e mais que a dos mastodontes», acrescentando que «com o caloiro foi-se tudo o que caracterizava a vida do estudante e lhe imprimia um cunho tão *sui generis*»¹⁰⁶.

É curioso também verificar que, sendo os costumes relativos aos caloiros a razão principal dos antipraxistas para verberar a *praxe*, criticando-lhes a violência e até por vezes a imoralidade, não pondo, no entanto, na maior parte das vezes, em causa a sua característica principal, o tradicionalismo, são estes costumes os que mais resistem, conservando-se até final da *praxe*, praticamente com ela identificados.

Se se tiver em conta o que o *Código da Praxe Académica*, de 1957, já várias vezes referido, considera *praxe*, não na sua definição extremamente imprecisa, mas no seu articulado, verifica-se que o grosso da matéria codificada se refere às práticas relativas aos caloiros.

Além da restauração, provavelmente recente, de um costume de ressaibo medieval que é o da *tourada ao lente*¹⁰⁷, o *Código* só contém mais uma formulação modernizada das festas da *Queima das Fitas*.

Dentre os costumes velhos, só as práticas relativas aos caloiros são retidas¹⁰⁸, em fórmulas adequadas aos novos tempos.

Como razões possíveis para que, no processo histórico da *praxe*, tenham sido esses os costumes que até ao fim sobreviveram, podem-se brevemente avançar algumas hipóteses que na sequência do trabalho deverão ser testadas.

Uma dessas razões consistirá na particular ancestralidade desses costumes, que os poderá ter feito considerar especialmente aptos para a concretização de uma função que visa fundamentalmente a representação de valores tradicionais. Nesta lógica, quanto mais longínqua é uma tradição tanto maior será o seu prestígio.

¹⁰⁶ R. Veloso, *op. cit.*, p. 24.

¹⁰⁷ Digo «provavelmente recente», pois a tal costume não encontrei até agora qualquer referência, nem nos textos do século XVIII, nem nos do século XIX. Trata-se de uma recepção-paródia feita ao professor, «doutorado ou não, nacional ou estrangeiro», no momento da sua primeira aula teórica. (Ver descrição no *Código*, pp. 89-91.)

É possível que esta prática esteja relacionada com um elemento do cerimonial académico do doutoramento fixado nos Estatutos Manuelinos, segundo o qual se prescreve que, após a discussão do argumento e a distribuição das luvas (em sentido próprio) e antes de o novo doutor se dirigir a receber o grau e respectivas insígnias, «um homem honrado louvará em latim letras e costumes do graduado e em linguagem por palavras honestas dirá alguns defeitos para folgar que não sejam de sentir [...]» (*Notícias Chronológicas*, cit., 1.^a parte, p. 787.)

Este costume foi pouco a pouco caindo em desuso, em parte pelos abusos cometidos à sombra desta disposição estatutária. T. Braga relaciona-o com um idêntico usual nas universidades francesas e espanholas. (Ver T. Braga, *op. cit.*, vol. I, pp. 302-305.)

¹⁰⁸ Outros dois elementos, um bastante antigo, outro menos, são também contemplados. São de natureza emblemática. Trata-se, no primeiro caso, das *cores e precedências das faculdades*, estabelecidas pelos Estatutos Manuelinos; no outro, da *obrigatoriedade do uso do traje académico* em tempos em que a obrigatoriedade estatutária oficial tinha cessado há muito.

Outra razão tem em conta uma outra dimensão funcional da *praxe*. Se a *praxe* se destina a preservar uma originalidade tradicional, no mesmo movimento ela destina-se a manter uma dada identidade, respondendo à ameaça de destruição da homogeneidade interna da instituição, concretizada pela pressão das transformações que fora e dentro dela se processam. Se, a muitos observadores desprevenidos, a *praxe* pode aparecer como expressão da coesão institucional, ela é principalmente accionada como produtora dela.

Sendo, pois, reconhecida à *praxe* esta função integradora, compreende-se que as *praxes* por excelência sejam as que dizem respeito à relação com os caloiros. Elas são como que a condição de produção dos graus posteriores de integração, como que a forma de socialização primitiva no interior da instituição, não só pelos efeitos da aprendizagem dos valores conformes que possibilitam, mas também porque o carácter probatório e doloroso do rito iniciático só se torna suportável (e, portanto, consentido) quando acoplado à promessa de futuras recompensas que a progressão na hierarquia estudantil virá a trazer, das quais um elemento central é poder pagar, eventualmente com juros, os males de que se foi vítima. Residiria aqui um dos princípios da capacidade de auto-reprodução de tais práticas, não sendo poucos os que a esta ideia aludem ao dizer, como tão expressivamente o faz Nicolau Tolentino:

Sofri contínua tortura,
Sofri injúrias e acintes.
Lancei tudo à escritura
E nos novatos seguintes
Fiquei pago com usura¹⁰⁹.

Por outro lado, estas práticas, pela sua função integradora, teriam tendido a ser apercebidas como tanto mais necessárias pelos praxistas quanto mais a progressiva diferenciação interna do corpo estudantil, no que respeita às origens sociais dos seus membros, viria a pôr em causa a aceitação pacífica de uma definição tradicionalista e conservadora da instituição.

No entanto, cada vez mais afastadas das condições históricas concretas de funcionamento global da instituição escolar, as *praxes* parecem ter tendido, no seu processo, por fim já desesperado, de resistência, a assumir as formas mais rigidificadas, a completar a sua quase total ritualização, correndo o risco derradeiro de os seus sacerdotes oficiarem, não para uma irmandade de fiéis, mas para uma multidão de turistas.